



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO -PPGE
MESTRADO ACADÊMICO**

JOSÉ SOARES DA SILVA JÚNIOR

**PEDAGOGOS QUE TRABALHAM EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR EM
ÓRGÃOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL - O TRABALHO PEDAGÓGICO**

BRASÍLIA-DF, 2023

**PEDAGOGOS QUE TRABALHAM EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR EM
ÓRGÃOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL - O TRABALHO PEDAGÓGICO**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, da Linha de Pesquisa Profissão Docente, Currículo e Avaliação - PDCA, sob a orientação da Professora Dr.^a Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva.

Brasília – DF, fevereiro de 2023

JOSÉ SOARES DA SILVA JÚNIOR

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sp Silva Júnior, José Soares da
Pedagogos que trabalham em Espaço não Escolar em Órgãos
Públicos no Distrito Federal - O Trabalho Pedagógico. /
José Soares da Silva Júnior; orientador Kátia Augusta
Curado Pinheiro Cordeiro da Silva. -- Brasília, 2023.
95 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Pedagogia. 2. Trabalho Pedagógico. 3. Espaço não
escolar. I. Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Kátia
Augusta , orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

PEDAGOGOS QUE TRABALHAM EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR EM ÓRGÃOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL - O TRABALHO PEDAGÓGICO

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, da Linha de Pesquisa Profissão Docente, Currículo e Avaliação.

Professora Dr.^a Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Orientadora
Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Banca examinadora

Professora Dra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves
Membro Externo
Instituto de Educação - Universidade Federal do Rio Grande

Professora Dra. Livia Freitas Fonseca Borges
Membro Interno
Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Professora Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz
Membro Suplente
Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Dedicatória

A meu pai (in memoriam) e à minha mãe, que, juntos, possibilitaram-me a oportunidade de estudar e tornar-me quem sou. Seus ensinamentos me acompanham e acompanharão por toda a minha trajetória.

Aos meus filhos, sempre presentes em todos os meus momentos.

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Aos professores das disciplinas que cursei, fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos colegas de curso, pela oportunidade de compartilhar conhecimentos e experiências enriquecedores.

Ao grupo de estudos do GEPFAPE, que participo desde a graduação.

Aos pedagogos que me concederam seu tempo na realização das entrevistas, sem as quais esse trabalho não se completaria.

Agradeço, em especial, à minha orientadora Professora Dr.^a Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, que me conduziu durante toda essa trajetória com muita dedicação, paciência e sabedoria, características marcantes em sua personalidade forte e determinada.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral compreender o trabalho pedagógico na atuação dos pedagogos que atuam em espaço não escolar em instituições públicas, enfocando os elementos que são desenvolvidos nesses espaços e, como objetivos específicos, realizar o mapeamento dos trabalhos produzidos sobre a pedagogia não escolar no período de 2010 a 2020; conceituar espaços não escolares e a atuação do pedagogo nesses espaços; identificar em editais de concursos públicos para pedagogo quais as atividades e os conhecimentos exigidos; mapear as instituições públicas que selecionam pedagogos para atuação em espaços não escolares observando conhecimentos em instituições públicas no Distrito Federal. Para tanto, partimos da seguinte pergunta: quais são as características e demandas do trabalho do pedagogo em espaço não escolar? Nesse estudo, a metodologia utilizada foi a pesquisa documental e entrevista com pedagogo que atua em espaços não escolares, em órgãos públicos no Distrito Federal. A escolha por essas instituições (públicas) se justifica pela transparência na seleção e contratação por meio de concurso público, o que possibilitou o acesso aos critérios de seleção, divulgados publicamente em editais - tais como forma de ingresso, a formação e os conhecimentos exigidos nos certames. Para análise dos dados, realizamos pesquisa documental nos sites oficiais das instituições e nos editais dos concursos. No segundo momento, entrevistamos pedagogos e, por fim, analisamos as características e demandas do trabalho do pedagogo em espaço não escolar. Concluímos que o pedagogo no espaço não escolar tem uma relação direta com o desenvolvimento do trabalho pedagógico, pois está relacionada às atividades que envolvem trabalho em equipe, estratégias, planejamento, formação pessoal e profissional, orientação, coordenação, sendo que o objetivo principal desses atos visa o processo ensino-aprendizagem a partir e com o trabalho.

Palavras-chave: Pedagogia. Trabalho Pedagógico. Espaço não escolar.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo general comprender el trabajo pedagógico en la actuación de pedagogos que actúan en espacios no escolares en instituciones públicas, centrándose en los elementos que se desarrollan en estos espacios y, como objetivos específicos, mapear los trabajos producidos acerca de la pedagogía no escolar en el período de 2010 a 2020; conceptualizar los espacios no escolares y la actuación del pedagogo en estos espacios; identificar, en las convocatorias de concursos públicos para pedagogo, qué actividades y conocimientos se requieren; mapear las instituciones públicas que seleccionan pedagogos para trabajar en espacios no escolares, observando saberes en instituciones públicas en el Distrito Federal. Para ello, partimos de la siguiente pregunta: ¿cuáles son las características y demandas del trabajo del pedagogo en espacios no escolares? En este estudio, la metodología utilizada fue la investigación documental y una entrevista a un pedagogo que trabaja en espacios no escolares, en organismos públicos en el Distrito Federal. La elección de estas instituciones (públicas) se justifica por la transparencia en la selección y contratación a través de una licitación pública, que permitió el acceso a los criterios de selección, divulgados públicamente en avisos, como la forma de ingreso, la capacitación y los conocimientos requeridos en los concursos. Para el análisis de los datos, realizamos una investigación documental en los sitios web oficiales de las instituciones y en avisos públicos de licitaciones públicas. En el segundo momento, entrevistamos a pedagogos y, finalmente, analizamos las características y demandas del trabajo del pedagogo en espacios no escolares. Concluimos que el pedagogo en el espacio no escolar tiene una relación directa con el desarrollo de la labor pedagógica, ya que se relaciona con actividades que involucran trabajo en equipo, estrategias, planificación, formación personal y profesional, orientación, coordinación, siendo el principal objetivo de estos actos apuntan al proceso de enseñanza-aprendizaje desde y con el trabajo.

Palabras clave: Pedagogía. Trabajo Pedagógico. Espacio no escolar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Órgãos públicos no DF que possuem pedagogos atuando com educação não escolar....	21
Quadro 2: Resumo dos principais conhecimentos.....	39
Quadro 3: Resumo das principais atividades.....	41
Quadro 4: Produções Acadêmicas de 2010 a 2020.....	45
Quadro 5: Base: Google Acadêmico – Periódicos.....	46
Quadro 6: Resultados de pesquisa organizados por tipo, ano, título, autor e instituição.....	51
Quadro 7: Resultados obtidos no ENDIPE.....	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modalidades de educação, de acordo com Saviani.....	62
--	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: roteiro para entrevista.....	90
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
BDTD - Biblioteca Digital de Dissertações e Teses
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF – Constituição Federal
CFE - Conselho Federal de Educação
CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNE/CP - Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas
CONARCFE - Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores
DCNP - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia
DETRAN-DF - Departamento de Trânsito do Distrito Federal
DF - Distrito Federal
DI - Desenho Instrucional
EaD - Educação a Distância
EB - Exército Brasileiro
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Enap - Escola Nacional de Administração Pública
ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino
ENE - educação não escolar
EME - Estado Maior do Exército
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPIA - Estrada Parque Indústria e Abastecimento
ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União
GEPFAPe - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos
IFB – Instituto Federal de Brasília
IFES - Instituição de Ensino Superior

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuário

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

MAVALIPP - Método de Avaliação e Validação Processual e Participativo

MBA - Master in Business Administration

MEC - Ministério da Educação

METRÔ-DF - Agência de Transporte Metropolitano do Distrito Federal

MPDF-T - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MPF - Ministério Público Federal

MPM - Ministério Público Militar

MPT - Ministério Público do Trabalho

MPU - Ministério Público da União

OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática do Ensino Público

ONGs - Organizações Não Governamentais

PUC – Campinas - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PIBIC - Projeto de Iniciação Científica

PIBIP - Programa de Iniciação à Docência

PNE - Plano Nacional de Educação

QCO - Quadro Complementar de Oficiais

QVT - Qualidade de Vida no Trabalho

RH – Recursos Humanos

ROI - Retorno do Investimento

SEDESTMIDH - Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SEDF - Secretaria de Educação do Distrito Federal

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TD&E - Treinamento, Desenvolvimento e Educação

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TRT 10 - Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região

UFPA – Universidade Federal do Pará

UAB- Universidade Aberta do Brasil

UnB - Universidade de Brasília

WEB - World Wide Web

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
SEÇÃO I – APROXIMANDO-SE DO OBJETO DE PESQUISA.....	17
1.1. Problemática.....	17
1.2. Modalidades de educação.....	19
1.3. Metodologia.....	20
1.2.1. Os pedagogos nas instituições públicas no DF.....	22
SEÇÃO II - O MAPEAMENTO SOBRE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TEMA.....	44
2.1. O processo de investigação inicial – a revisão bibliográfica.....	44
2.2. Apresentação dos resultados da pesquisa em números de produções sobre o tema.....	45
2.2.1. Resultados obtidos a partir da pesquisa no Google Acadêmico.....	46
2.2.1.1. Periódicos.....	46
2.2.1.2. Dissertações e Teses.....	51
2.2.1.3. Resultados obtidos no ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino).....	57
SEÇÃO III - O QUE É PEDAGOGIA?.....	60
3.1. A pedagogia como ciência.....	60
3.2. O curso de Pedagogia no Brasil.....	64
3.3. O espaço não escolar como campo profissional do pedagogo.....	68
SEÇÃO IV: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR.....	71
4.1. Ingresso na carreira: quem são esses pedagogos.....	72
4.2. Trajetória para o espaço não escolar: trajetórias diferentes, escolhas específicas.....	74
4.3. Trabalho pedagógico no espaço não escolar.....	76
SEÇÃO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES.....	83

REFERÊNCIAS.....	85
-------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Cursei toda a minha educação em escola pública, desde 7 anos de idade. Meu ensino médio foi complementado com ensino técnico em eletrotécnica e, posteriormente, em microinformática. Minha primeira graduação foi em Processamento de Dados, hoje conhecida como Tecnologia da Informação. Após, fiz pós-graduação em redes de computadores com ênfase em intranet. Atuei como professor de Matemática do Ensino Médio na Fundação Educacional do Distrito Federal (hoje Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal) durante dois anos. Depois disso, atuei também como professor de informática em escola de cursos de informática. Trabalhando na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região - TRT10 durante alguns anos fui responsável pela elaboração, divulgação e veiculação de matérias e notícias, principalmente sobre cursos e treinamentos realizados para magistrados e servidores, no Portal eletrônico da Escola Judicial. Depois disso, passei a ser responsável pela Escola Virtual (Ambiente Virtual de Aprendizagem- AVA) do TRT - 10, desenvolvendo atividades de coordenação, elaboração, contratação, acompanhamento, ajuste, criação e adequação de cursos na plataforma Moodle. A partir daí senti a necessidade de conhecer melhor como a educação acontece em espaços distintos do escolar. Inicialmente, pensei em fazer pós-graduação em administração escolar, mas não fiz.

Decidi então por meio do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ingressar no Curso de Pedagogia na Universidade de Brasília - UnB. Após a aprovação no Exame, iniciei o curso de Pedagogia no primeiro semestre de 2015, com o propósito de aprender sobre saberes pedagógicos e processos de ensino e aprendizagem. Relato, a seguir, minha trajetória e as disciplinas cursadas, a partir de então.

No primeiro semestre a grade horária ofertada foi fechada, ou seja, não me foi possível fazer ajuste de matrícula. Destaco que esse semestre me foi bastante esclarecedor sobre educação e processos de aprendizagem, as diferentes fases de maturidade desde o nascimento à idade adulta.

A partir do segundo semestre, até o final do curso, foi-me possível escolher quais disciplinas cursar. Essa possibilidade oportunizou-me montar minha grade de maneira mais condizente com minhas aspirações de aprendizado e disponibilidade de horário para assistir as aulas. Aprendi como se organiza a educação brasileira, como se distribui a educação básica e a competência de cada ente federado nesse processo. Estudei os principais pensadores da história da educação e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem. Também aprendi como lidar com estudantes que possuem diferentes necessidades especiais e o uso da mídia na

educação. A disciplina Projeto 2 foi fundamental para a escolha do tema deste trabalho, oportunidade em que estudei sobre a identidade do pedagogo e suas possibilidades de atuação, inclusive com a apresentação de pedagogos convidados que atuam em espaços não-formais.

Já no terceiro semestre, aprendi a elaborar plano de aula, as origens da nossa língua e suas variações, como adequar a linguagem científica e seus textos para serem melhor entendidos, como elaborar textos acadêmicos e suas variações, a influência da cultura escolar no aprendizado. Iniciei minha participação no Projeto 3 Fase – 1 por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos – GEPFAPe. Nessa fase, participei da elaboração e ajuste de questionários de pesquisa.

As atividades por mim desempenhadas, com a supervisão e acompanhamento das coordenadoras pedagógicas do IFB e da professora supervisora do Estágio, foram de acompanhamento de reuniões pedagógicas, orientação educacional de alunos, atendimento dos pais, participação de reuniões para elaboração do Plano Político Pedagógico, elaboração de avaliações de diagnóstico para alunos, correção de provas e seleção de alunos que participaram da Olimpíada Brasileira de Matemática do Ensino público – OBMEP.

No oitavo semestre desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso com o tema Atuação do Pedagogo em Espaços Não-Formais: uma Análise do perfil profissional em Instituições Públicas, sob a orientação da professora Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva.

Portanto, o objeto tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC foi determinante para que eu continuasse estudando essa temática. Senti, a partir desse estudo, necessidade de ampliar meus conhecimentos e estudar com mais propriedade a atuação do pedagogo em espaços não escolares. Decidi então ingressar no mestrado acadêmico na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB e dar continuidade ao estudo dessa temática.

Desde o início, interessei-me pela pedagogia por sua diversidade de campo de atuação e, ao mesmo tempo, por estar relacionada ao processo educativo. A pedagogia possui um campo diversificado de atuação, que abrange tanto a educação formal, regulamentada pela Resolução CNE/CP 1/2006 – que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – DCNP e ampliou seu campo de atuação - quanto a educação não-formal, que perpassa os diversos ambientes de ensino e que visam uma intencionalidade educacional formativa, porém, não seguindo, necessariamente, os parâmetros curriculares formais. Tendo diferentes espaços para a compreensão do processo educacional e também para o trabalho profissional do pedagogo, verticalizei nesse estudo a seguinte questão: quais são as características e demandas

do trabalho do pedagogo em espaço não escolar? Destaca-se, para esse estudo, o pedagogo que atua nesses espaços não escolares e qual papel desempenha em instituições públicas localizadas no Distrito Federal.

Assim, para esta pesquisa, foi realizado um estudo sobre os diferentes espaços de atuação do Pedagogo no Distrito Federal por possuir em seu espaço geográfico diversas instituições públicas em que esse profissional exerce suas atividades. Optamos por estas instituições pela publicidade dada nos processos seletivos, facilitando, assim, o acesso às informações pesquisadas. Para seleção das instituições de 2007 a 2018 - sendo que até o momento (2023), não houve mais concursos para pedagogo - foram utilizadas três fontes principais: editais de concurso; sites dessas instituições e pesquisa no Google acadêmico. A pesquisa foi realizada utilizando palavras-chave como pedagogo, educação não-formal, educação não escolar, pedagogia empresarial e educação corporativa. Após a pesquisa, foram selecionadas e relacionadas diferentes instituições em que o pedagogo atua, considerando qual papel desempenha, formação exigida e conhecimentos necessários para o ingresso no quadro de pessoal. Como resultado dessa pesquisa, identificamos que existem diversas instituições nas quais o pedagogo atua com educação, tomando as instituições públicas como um desses espaços no Distrito Federal (DF). Dentre estas, foram selecionadas as seguintes: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios -TJDF-T, Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, Exército Brasileiro - EB, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô, Ministério Público da União - MPU, Agência Brasileira de Inteligência - Abin e Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH. Neste estudo, será feita uma breve descrição da instituição, o perfil exigido do pedagogo que nela atua, as principais atividades desenvolvidas e os conhecimentos exigidos para ingresso.

Este estudo se justifica por ser notório que a pedagogia ocorre em outros espaços, além do espaço escolar. Dentre estes, a proposta dessa pesquisa se detém no espaço não escolar, mais especificamente em instituições públicas que, em linhas gerais, educam de maneira complementar e contínua à educação escolar, pois, acompanham a vida profissional (carreira) dos servidores públicos. A depender do campo de atuação, essas demandas podem ocorrer com maior ou menor periodicidade. E, nessas situações, há sempre a necessidade do trabalho do pedagogo para a construção do processo curricular e avaliativo de ensino e aprendizagem.

Portanto, este estudo teve como objetivo geral compreender o trabalho pedagógico na atuação dos pedagogos que atuam em espaço não escolar em instituições públicas, enfocando os elementos que são desenvolvidos e, como objetivos específicos, realizar o mapeamento dos trabalhos produzidos sobre a pedagogia não escolar no período de 2010 a 2020; conceituar espaços não escolares e a atuação do pedagogo nesses espaços; identificar em editais de concursos públicos para pedagogo quais as atividades e os conhecimentos exigidos; mapear as instituições públicas que selecionam pedagogos para atuação em espaços não escolares com foco de análise no trabalho pedagógico em instituições públicas no Distrito Federal.

O presente trabalho é composto por cinco Seções: a Seção I, que apresenta o Projeto de Pesquisa; a Seção II, que trata do Estado do Conhecimento; a Seção III, que aborda uma discussão sobre Pedagogia, seus campos de atuação e suas subdivisões; a Seção IV, que trata das reflexões sobre o trabalho pedagógico no espaço não escolar e, por fim, a Seção V, com as considerações finais sobre o trabalho pedagógico nos espaços não escolares.

SEÇÃO I – APROXIMANDO-SE DO OBJETO DE PESQUISA

Esta Seção visa apresentar o objeto de pesquisa por meio de sucessivas aproximações, explorando os elementos da pesquisa. Necessário se faz compreender que, para abordar uma temática em pesquisa acadêmica é mister que se conheça o que foi estudado anteriormente, quais os contextos analisados, as contribuições advindas dessas pesquisas, para poder chegar-se a um eixo norteador sobre o que já foi analisado e o que ainda se faz necessário estudar para, assim, contribuir com futuras pesquisas, sem a pretensão de ser um estudo terminativo sobre o tema, de tal forma que as contribuições resultantes deste estudo fomentem sua continuação.

1.1. Problemática

As pesquisas em torno da formação e atuação dos pedagogos em educação não escolar, as quais apontam os processos pedagógicos como objetos de intervenção em Pedagogia, configuram-se no cenário brasileiro como investigações recentes (SEVERO, 2015). As diversas ações de cunho educativo relevantes para a sociedade em geral estão sendo desenvolvidas pelo pedagogo e merecem ser conhecidas e analisadas. Os órgãos públicos contratam pedagogos para ministrar cursos, elaborar projetos e planejamentos sobre as ações da organização. Nos órgãos judiciários, o pedagogo atua nas varas da infância e adolescência integrando equipes psicossociais. Nas emissoras de televisão e rádio, é responsável pela área de difusão cultural, elaboração de mensagens educativas sobre variados temas. Portanto, o pedagogo é chamado a compor vários segmentos sociais (SILVA, 2007).

Com as reformas ocorridas nos anos 1980 e 1990, as mudanças delas advindas trouxeram, aos poucos, novos desafios para o curso de Pedagogia. Percebe-se, com isso, que estas alterações legais associadas às transformações e exigências sociais fizeram com que a atuação do pedagogo se estendesse para além das escolas e cargos executivos, como Diretorias, Secretarias e Ministério.

O pedagogo, portanto, atua em outras instituições, pois as mudanças realizadas no currículo do curso de Pedagogia proporcionaram essa possibilidade de expandir sua atuação. Libâneo (2010) afirma que há duas décadas, nas várias organizações científicas e profissionais de educadores, tem se debatido em todo o país, questões relativas ao campo de estudo da Pedagogia, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos, da estrutura do conhecimento pedagógico. Complementa o autor: todos os educadores seriamente interessados nas ciências da educação, entre elas a Pedagogia, precisam concentrar esforços em

propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do sistema educativo para enfrentamento dos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo Libâneo (2010), de garantir a articulação entre as abordagens da docência e da gestão do trabalho pedagógico que são desenvolvidos em espaços de educação formal e não-formal, pois, dessa forma, evita-se a fragmentação na formação deste profissional.

Destaca-se que, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, aprovado em dezembro de 2006, na descrição da Finalidade do Curso de Pedagogia, a educação do pedagogo deve propiciar estudos de campos do conhecimento, tais como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, para orientar a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, além de orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares e, também, da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimento de ensino. Portanto, formar o pedagogo para essa finalidade passa, então, a ser uma ação necessária. O destaque neste trabalho é voltado para a formação generalista do pedagogo com ênfase em sua atuação na gestão da educação e da aprendizagem no seu objeto de estudo – o processo educativo direcionado à educação não-formal, à educação profissional em sistemas não escolares.

Nossa motivação particular neste tema nasce a partir da trajetória de atuação em educação corporativa, mais especificamente na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10.^a Região - TRT 10, enquanto servidor deste órgão, desempenhando funções de desenvolvimento, análise, contratação e acompanhamento de ações educativas para servidores e magistrados. Este estudo também se justifica por ser notório que a educação ocorre além do espaço escolar em diversos outros. Dentre estes, esse estudo se detém no espaço não escolar, que, em linhas gerais, educa de maneira complementar e contínua à educação escolar, pois, acompanham a vida profissional (carreira) com diversas demandas de treinamento que complementam a formação acadêmica sem, contudo, substituí-la. Assim, a depender do campo de atuação profissional, essas demandas podem ocorrer com maior ou menor periodicidade. E, nessas situações, há sempre a necessidade de analisar se os objetivos de aprendizagem são contemplados ou não, sob pena de se repetir ações de capacitação.

1.2. Modalidades de educação

Procurando discorrer sobre a explicação formal do termo “educação não escolar” (ENE), começamos primeiramente a respeito da conceituação de “educação” e as diferentes categorias a ela relacionadas, no caso, educação formal, não-formal e informal. Pautado em Libâneo (2010), educação é tida como um fenômeno complexo permeado por diferentes aspectos da realidade social, manifestando-se por meio de ações, métodos, intencionalidades e estruturas que incidem no desenvolvimento humano. A educação então é tida como prática social, intencional, alicerçada nos processos de transmissão e apropriação ativa dos conhecimentos historicamente acumulados, habilidades e técnicas.

Podemos inferir do texto do autor que a escola, espaço normalmente ligado ao processo educativo, não é um local de exclusividade dos processos educativos, mesmo que seja considerada a principal. Severo (2017) vai destacar que:

Diversas instituições não escolares, porém, com interesses educativos em sua conjuntura ou com algum tipo de inserção em contextos em que as pessoas necessitam atuar através do uso de ferramentas pedagógicas, têm configurado, em sua agenda de trabalho, objetivos e ações que manifestam, em maior ou menor medida, um caráter instrutivo, educativo ou pedagógico.

Da mesma maneira, Gadotti (2000) destaca que

As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento. Agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos. [...] a sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos, igrejas, etc.) está se fortalecendo não apenas como espaço de trabalho, em muitos casos, voluntário, mas também como espaço de difusão de conhecimentos e de formação continuada (GADOTTI, 2000, p.7).

Observa-se que, a partir dos autores referidos, as práticas educativas podem ser classificadas de diferentes modalidades ou dimensões: educação formal, educação não-formal e educação informal. A educação formal tem sido associada à escolarização oficial, contudo, não está ligada necessariamente ao espaço (físico) escolar, tendo suas demandas e necessidades claramente estabelecidas por documentos oficiais, currículos prescritos e diretrizes. Segundo Gohn (2010), na educação formal

[...] seu território é a escola, legalmente instituída, organizada com base em diretrizes nacionais e regras definidas; seu foco é o ensino e a aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados; seu tempo e seu espaço são predeterminados; seu currículo é normatizado; e seu avanço aos níveis mais elevados de ensino é formalizado pela concessão de titulação aos alunos (GOHN, 2010, p.18).

Já a educação não-formal surge de demandas sociais e necessidades específicas que buscam sanar problemas relacionados à educação escolar. Segundo Vazquez (1998), essa modalidade de educação cresce na década de 1970, em países “subdesenvolvidos”, surgindo como possibilidade de conclusão da escolarização básica de grupos sociais das camadas mais pobres da população, no caso, sua maioria. O autor a define então como “uma concepção de educação permanente e de aprendizagem ao longo da vida, considerando o contexto social em que o sujeito está inserido” (VASQUEZ, 1998).

Gohn (2006) vai definir a educação informal como processo de socialização do indivíduo podendo ocorrer

[...] na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdado [...] socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento. Trata-se do processo de socialização dos indivíduos. (GOHN, 2006, p. 29).

Libâneo (2010) também se refere a educação informal como “ações e influências do meio sociocultural sobre os indivíduos, no contato estabelecido com seus pares, no qual são constituídos conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição.”

Tendo em vista as principais características entre as três dimensões da educação: formal, não-formal e informal, entendemos que o foco não está nas diferenças das modalidades entre si, mas sim em como a nomenclatura Educação Não escolar diz respeito ao conjunto de práticas formativas organizadas em espaços sociais diversos da instituição escolar regulamentada, estando inserida num campo amplo e variado no que concerne à natureza das instituições, tendo: flexibilidade maior quanto a organização do trabalho pedagógico; menor visibilidade quanto às prescrições e regulações do poder público, como ocorre no sistema nacional de ensino; nem sempre confere títulos ou certificações; e, tem como grande ponto de convergência a utilização de práticas pedagógicas que têm em seu cerne a intencionalidade dos processos educativos (SOUZA, 2018). Dessa forma, interessa-nos nesse estudo a Pedagogia no espaço não escolar.

1.2. Metodologia

Para a realização dessa investigação, fizemos uma pesquisa documental (edital de concursos, site e documentos que organizam o trabalho do pedagogo) nas seguintes instituições

públicas: TJDF-T, DETRAN-DF, ECT, Infraero, EB, CNJ, Metrô, MPU, Abin e SEDESTMIDH, conforme detalhamento no Quadro 1.

Quadro 1: órgãos públicos no DF que possuem pedagogos atuando com educação não escolar

	Instituição	Número do Edital	Ano de realização do concurso	Característica	Remuneração (R\$)	Carga horária
1	TJDFT	Edital N.º 1 – TJDF-T, de 18 de dezembro de 2007	2007	Federal	5.484,08	40 horas semanais
2	DETRAN-DF	Edital n.º 1 - SEPLAG/ DETRAN, de 14 de novembro de 2008	2008	Distrital	5.849,75	40 horas semanais
3	ECT	Edital N.º 13 – ECT, de 24 de março de 2011	2011	Federal	3.211,58	44 horas semanais
4	Infraero	Edital de abertura de inscrições 02/2011.01	2011	Federal	2.818,86	40 horas semanais
5	EB	Edital do concurso de admissão 2017	2011	Federal	7.490,00	40 horas semanais
6	CNJ	Edital N.º 1 – CNJ, de 16 de novembro de 2012	2012	Federal	6.611,39	40 horas semanais
7	METRÔ-DF	Edital N.º 1– METRÔ - DF, de 12 de dezembro de 2013	2013	Distrital	6.480,00	40 horas semanais
8	MPU	Edital N.º 1 – MPU 2/2013, de 9 de agosto de 2013	2013	Federal	R\$ 7.506,54	40 horas semanais
9	ABIN	Edital n.º 1–ABIN, de 02 de janeiro de 2018	2018	Federal	15.312,74	40 horas semanais
10	SEDESTMIDH	Edital N.º 01– SEDESTMIDH, de 27 de novembro de 2018	2018	Distrital	3.599,70	30 horas semanais

Fonte: elaborado pelo autor

Neste estudo, sintetizamos uma breve descrição da instituição, o perfil exigido do pedagogo que nela atua, qual papel desempenha, formação exigida, quais conhecimentos são necessários para o ingresso no quadro de pessoal permanente e quais as principais atividades que serão exercidas. Apresentamos, assim, uma síntese, conforme edital, dos principais conhecimentos e atividades exigidos.

Num segundo momento realizamos a entrevista com pedagogos das seguintes instituições públicas: ABIN, CLDF e MPU, totalizando 3 profissionais. A entrevista é uma técnica fundamental para a produção de dados em uma pesquisa qualitativa. A proposta da entrevista é utilizar a interação social entre o pesquisador e o entrevistado como forma de compreender o objeto a ser estudado, sendo uma ferramenta essencial da pesquisa qualitativa. Trabalhamos, pois, com entrevista semiestruturada em que não existe rigor no roteiro das perguntas. Ou seja, o pesquisador pode combinar as questões previamente estruturadas com perguntas espontâneas que surgem no contexto da investigação. Como se fosse uma conversa informal, o entrevistador mantém o foco no objetivo da pesquisa, mas adiciona questões além do roteiro estruturado. Isso proporciona maior aproximação com a pessoa entrevistada. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2022, por meio da internet, de forma síncrona com dois dos entrevistados e a terceira por e-mail, com respostas ao questionário enviado. Os entrevistados foram solícitos e receptivos com a pesquisa. Comprometeram-se a responder de forma sincera e de acordo com suas atividades desenvolvidas nos cargos que ocupam nessas instituições.

Quanto à análise dos documentos e entrevistas, foi realizada por elementos categorias, que são temáticas que ocorrem por sistemáticas leituras dos textos, destacando os elementos estruturantes relacionados ao objeto por desmembramento do texto em unidades, elaborados na análise da totalidade, contradições, mediações e com reagrupamento analítico, e comporta dois momentos: o isolamento dos elementos e a classificação ou organização das categorias a partir dos elementos repartidos. Feito isso, encontramos três principais categorias, quais sejam: Ingresso na carreira, Trajetórias para o espaço não escolar e Trabalho pedagógico no espaço não escolar. Exposto o objeto e o método apresentaremos um mapeamento de estudos sobre a atuação do pedagogo não escolar.

1.2.1. Os pedagogos nas instituições públicas no DF

O Distrito Federal concentra em sua região geográfica diversos órgãos públicos, tanto de âmbito Distrital quanto Federal. A forma de ingresso nessas instituições é regulamenta por Leis que definem como será a seleção dos candidatos, remuneração, jornada de trabalho, definidos em Editais próprios de cada órgão. A Constituição Federal de 1988 define em seu Artigo 37 Inciso II que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei [...]” (CF, 5 de outubro de 1988).

Por ser a unidade da Federação com maior número de instituições públicas concentradas em seu espaço geográfico, no Distrito Federal são realizados diversos concursos públicos na esfera Distrital e, também, Federal. Dentre os cargos oferecidos nesses certames, destacamos os que selecionam pedagogos para atuarem em seu âmbito. Para esse estudo foram selecionados 10 concursos para análise dos conhecimentos exigidos e das atividades que serão desempenhadas pelos pedagogos que ingressarem nesses órgãos.

Uma dessas instituições é a **Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)**, um órgão da Presidência da República, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional, responsável por fornecer ao presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão.

Na condição de órgão central de um sistema que reúne 38 integrantes – o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) –, a ABIN tem por missão assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos relativos à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico.

Para cumprir essa missão institucional, os profissionais de inteligência produzem conhecimentos estratégicos por meio da análise de fatos, eventos ou situações que permitam a identificação de oportunidades e ameaças relacionadas à proteção das fronteiras nacionais, à segurança de infraestruturas críticas, à contraespionagem, ao terrorismo, à proliferação de armas de destruição de massa, a políticas estabelecidas com outros países ou regiões, à segurança das informações e das comunicações, à defesa do meio ambiente, à proteção de conhecimentos sensíveis produzidos por entes públicos ou privados, entre outros assuntos.

A ABIN constitui-se em órgão de Estado permanente, apartidário e apolítico, com atuação nacional e representações no exterior. A Agência foi criada pela lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e, condizente com suas atribuições legais e sua missão institucional, não é responsável pela condução de investigações criminais.

Como requisitos para ingresso do Pedagogo, de acordo com o edital nº 1–ABIN, de 02 de janeiro de 2018, é necessário diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de ensino superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro profissional no órgão de classe competente, se existente. A primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, constituir-se-á de provas objetivas de conhecimentos gerais e específicos e de prova discursiva.

O pedagogo desenvolve - segundo o EDITAL Nº 1–ABIN, DE 02 DE JANEIRO DE 2018 - nessa instituição, atividades de planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades de gestão técnico-administrativas; suporte e apoio logístico à produção de conhecimentos de inteligência, às ações de salvaguarda de assuntos sensíveis; operações de inteligência; atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, direcionadas à obtenção e análise de dados e à segurança da informação; atividades de construção e manutenção de prédios e outras instalações; desenvolve recursos humanos para a gestão técnico-administrativa e apoio logístico da atividade de inteligência; também desenvolve e opera máquinas, veículos, aparelhos, dispositivos, instrumentos, equipamentos e sistemas necessários às atividades técnico-administrativas e de apoio logístico da atividade de inteligência. Sua jornada de trabalho é de 40 horas semanais.

Os conteúdos exigidos na prova escrita são de planejamento de ensino, planejamento curricular, didática, formulação de objetivos de ensino; taxonomia de objetivos educacionais: taxonomia de Bloom, recursos de ensino, metodologia de ensino, avaliação da aprendizagem (montagem de provas; tipos de itens; critérios para dosagem de conteúdo e para valoração de questões); habilidades e competências; elaboração de projetos pedagógicos, tecnologia da educação, educação a distância, estatísticas educacionais, educação corporativa projeto pedagógico, metodologia de ensino e avaliação de processo de ensino. A remuneração inicial é de R\$ 15.312,74.

Outra instituição em que o pedagogo no Distrito Federal atua é no **Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF**, entidade autárquica que integra o Sistema Nacional de Trânsito, possui Personalidade Jurídica de Direito Público e autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, regida pela legislação federal sobre trânsito, por seu regimento próprio e demais normas baixadas pelo Distrito Federal. Tem como objetivo “proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.”

De acordo com o EDITAL Nº 1 - SEPLAG/DETRAN, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2008, o ingresso se dá por meio de concurso público no cargo de analista de trânsito - área: pedagogo, exigindo-se como requisito obrigatório diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

O cargo de Analista de Trânsito - especialidade: Pedagogo desenvolve atividades de planejamento, coordenação, controle, avaliação e execução de atividades de diagnóstico das

ações desenvolvidas pelo DETRAN-DF; utiliza recursos pedagógicos e técnicas especiais para obter um perfil completo do desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos atendidos pelo DETRAN-DF; coordena processos de identificação de interesses; elabora e executa planos de atividades socioeducativas e culturais; participa de programas de treinamentos que envolvam conteúdos relativos à área de atuação; assessora atividades específicas de Pedagogia; executa outras atividades de interesse da área. Também exerce plenamente o poder de polícia administrativa de trânsito em todo o Distrito Federal, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. A remuneração inicial é de R\$ 5.849,75, para uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

Exige-se, na prova de seleção, conhecimentos sobre Fundamentos da educação, Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica; Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei n.º 9.394/96) e Parâmetros Curriculares Nacionais; Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas; A supervisão: concepção e prática, Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação; normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal; Organização do trabalho na escola pública: articulação da ação supervisora com as diferentes instâncias e agentes educativos na construção da cidadania e na melhoria da qualidade do ensino; Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender; Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar. Função sociocultural da escola; Escola: comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural; Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis, Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores; Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico; Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação; Comunicação e interação grupal no processo de planejamento: constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais; Currículo e construção do conhecimento; Processo de ensino-aprendizagem, Relação professor/aluno; Bases psicológicas da aprendizagem, Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino; métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação educacional, Metodologia de projetos: um caminho entre a teoria e a prática, Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento, Análise de dificuldades, problemas e potencialidades no cotidiano escolar em sua relação com a sociedade concreta e Educação continuada dos profissionais da escola.

O pedagogo também desenvolve atividades na **Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH)**, criada pelo Decreto nº 36.832/2015, e é um dos órgãos de gestão da administração pública do Governo do Distrito Federal. Sua estrutura organizacional é formada pelo Gabinete, pelas Secretarias Adjunta do Trabalho, de Desenvolvimento Social e de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. É responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do DF, além da avaliação e gestão da informação, fomento de parcerias e articulações de rede.

Seu objetivo primordial é garantir e efetivar o direito à proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta de serviços e benefícios que contribuam para o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, com o desenvolvimento de potencialidades, da autonomia, do empoderamento das famílias e da ampliação de sua capacidade protetiva. Na área do trabalho, tem entre suas competências gerir o sistema público de emprego; qualificação social e profissional, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional para os beneficiários dos programas sociais e grupos sociais vulneráveis; financiamento para pequenos empreendimentos urbanos e rurais; apoio a iniciativas de micro e pequenos empreendedores individuais ou organizados em associações e cooperativas; ações para os setores da economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda; acompanhamento sistemático do mercado de trabalho no Distrito Federal, além da busca por condições de trabalho dignas para a população.

Outra área de atuação primordial é na elaboração e promoção de políticas voltadas para segmentos historicamente invisibilizados nas políticas públicas – mulheres, populações negra, indígena, cigana e minorias étnicas; pessoas com deficiência, idosos, pessoas em situação de rua e comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros - LGBT, visando uma Brasília que saiba conviver, respeitar e incluir.

Para ingressar como pedagogo nessa instituição é necessário possuir diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. A jornada de trabalho é de 30 horas semanais com vencimento básico inicial de R\$ 3.599,70 (três mil quinhentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

O cargo de Especialista em Assistência Social–Especialidade: Pedagogia, conforme consta no EDITAL Nº 01–SEDESTMIDH, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018, desenvolve atividades de planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação de atividades que demandem conhecimentos especializados relacionados à área de Pedagogia, utilizando recursos pedagógicos e técnicas específicas da área com ênfase nas ações e processos socioeducativos para atuação nas diversas unidades do órgão.

Os conteúdos exigidos nessa área de atuação do Pedagogo são: Administração da Educação e Comunidade; Concepções e Modalidades de Educação: abordagens, funcionalista e dialética; as instituições pedagógicas: educação formal e não formal; Conceitos de comunidade e concepções de desenvolvimento; A administração de projetos educativos comunitários, e integração escola-comunidade e auto-organização da comunidade; Planejamento, questão e avaliação de programas educativos comunitários, Planejamento participativo. Cultura Organizacional: Fundamentos da Cultura Organizacional: conceituação, histórico/evolução, situação atual; Diferença entre Cultura Organizacional e Administração; Categorias de Análise da Cultura Organizacional: poder, valores, clima, comprometimento, qualidade de vida no trabalho, gestão de desempenho, gestão de competência; Desafios na formação do educador: Fundamentos teóricos norteadores de diferentes concepções de formação do educador numa perspectiva estratégica da sociedade brasileira; Desafios produzidos pela sociedade tecnológica na formação do educador: formação básica, habilitações de licenciaturas, dicotomias na formação do educador; Mercado de trabalho; Questões do analfabetismo, evasão escolar, educação de adultos, universidade noturna, educação a distância; Legislação sobre educação e formação do educador no Brasil a partir de 1960; Questão da educação pública e privada; Direito Educacional: A legislação do ensino brasileiro: Constituição Federal, Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação; Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Gestão Democrática, Os princípios e a filosofia da educação brasileira; Educação e Trabalho: Conceito original de educação, Evolução histórica do processo educativo para identificação atual dos vários Espaços educativos, inclusive a organização do trabalho, Desafios atuais da transdisciplinaridade na prática educativa, Conceitos de trabalho, Relação entre educação e trabalho: pressupostos teóricos, Educação e trabalho no Brasil: o processo de construção das ideias e principais contribuições, Educação do trabalhador em profissões e ambientes de trabalho emergentes. Formação profissional; Polivalência, especialização; Grupo multiprofissional, Certificado ocupacional e Metodologias educacionais centradas no trabalho.

A **Companhia do Metropolitano do Distrito Federal -METRÔ-DF** também possui Pedagogo em seu quadro de servidores. O METRÔ-DF tem por objetivo planejar, projetar, construir, operar e manter o sistema de transporte público coletivo sobre trilhos no Distrito Federal, assim como explorar comercialmente marcas, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes de sua atividade produtiva; organizar, fiscalizar, administrar e explorar as áreas lindeiras às vias metroviárias, absorvendo os recursos provenientes de atividades comerciais e imobiliárias nelas desenvolvidas. Seu projeto é composto por 29 estações, das quais 24 estão em funcionamento. Com uma frota de 32 trens, transporta em média 160 mil passageiros por dia. Toda a via tem extensão de 42,38 km e liga a região administrativa de Brasília à de Ceilândia e Samambaia, passando pela Asa Sul, Setor Policial Sul, Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), Guará, Park Way, Águas Claras e Taguatinga.

Como requisito de formação acadêmica é necessário possuir diploma, devidamente registrado, de bacharel em Pedagogia, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro profissional no respectivo Conselho ou órgão competente, se for o caso. O Pedagogo tem como papel, nesta instituição, participar das atividades de nível superior de pedagogia, relativas ao desenvolvimento e capacitação profissional dos empregados do METRÔ-DF. Além disso, participa da elaboração de planos e programas que envolvem levantamento de necessidades de capacitação profissional, cursos, processo de formação profissional, avaliação de métodos de treinamento e desempenho profissional, captação de recursos humanos, materiais didáticos e demais aplicações pedagógicas. Também executa outras tarefas correlatas da mesma natureza e nível de complexidade. O salário mensal é de R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais), para ingresso no nível júnior - padrão I – etapa A, e carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

São exigidos, no certame para ingresso, de acordo com o EDITAL N.º 1– METRÔ - DF, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013 conhecimentos sobre organizações e o trabalho, Administração mercadológica, Fenômenos sociais nas organizações, O comportamento humano nas organizações, Sustentabilidade organizacional, Cultura organizacional e aprendizagem nas empresas; Gestão estratégica de pessoas; Gestão empreendedora, Políticas estratégicas de gestão de pessoas, Modelos de gestão e informação para processos de tomada de decisão, Motivação, criatividade e trabalho em equipe, Avaliação de desempenho; Planejamento e desenvolvimento de pessoas, Administração de projetos, Atração e retenção de talentos, Comportamento organizacional, Levantamento de necessidades por competência,

Programas de treinamento, desenvolvimento e educação, Gestão do conhecimento, Educação corporativa, Estratégias de desenvolvimento da cadeia de valor, Técnicas de desenvolvimento de pessoas, Espaços de compartilhamento de conhecimento; Gestão da qualidade nas organizações, Conceito de qualidade, Indicadores de qualidade, Passos para implantação, Qualidade de vida no trabalho – QVT; Processos de comunicação no trabalho, Comunicação, cultura e desenvolvimento humano, Relacionamento e comunicação, Habilidades de comunicação (habilidades de transmissão, escuta e feedback) e barreiras na comunicação eficaz, Dinâmicas de grupo aplicadas ao trabalho (técnicas de entrevista, dinâmicas de interação grupal, de identificação de líderes), Gestão de conflitos; Desenvolvimento de estratégias de competência, Liderança em custos, diferenciação, enfoque ou alta segmentação, Planejamento estratégico, Metodologias para mapeamento das competências; Metodologia da pesquisa aplicada ao ambiente organizacional, Pesquisa aplicada ao ambiente organizacional, Pesquisa operacional, Instrumentos qualitativos e quantitativos, Avaliação institucional e potencialização do desenvolvimento humano, Avaliação do Retorno do Investimento (ROI), Metodologia Phillips ROI; Educação corporativa, Desenvolvimento, aprendizagem e gerenciamento de competências e saberes do profissional, Prática educativa no treinamento e desenvolvimento de pessoas, Capacitação em serviço e treinamento pedagógico nas empresas, Plano permanente de desenvolvimento de pessoal, Gestão do conhecimento, Desenvolvimento de projetos pedagógicos para as organizações; Formação corporativa continuada mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, Educação profissional e educação a distância, E-laringe, Norma ISO 10.015 –Gestão da Qualidade –Diretrizes para treinamento.

Também há atuação do Pedagogo, no quadro de pessoal permanente, **na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT**. A empresa realiza importante função de integração e de inclusão social, papel indispensável para o desenvolvimento nacional. Na composição do seu faturamento, auferem 54,3% da receita com os serviços exclusivos (carta, telegrama e correspondência agrupada), de modo que a reserva de mercado desses três serviços é fator essencial para a sobrevivência e para a garantia da universalização dos serviços postais.

Lado a lado com a vertente social, os Correios oferecem soluções, com tecnologia de ponta, para atender às necessidades de comunicação das empresas e instituições em um mercado cada vez mais competitivo. É o caso do Sedex, criado em 1982, que se tornou um dos principais produtos da empresa e lidera o setor de encomendas expressas no Brasil. Nos últimos anos, o serviço passou a contar com outras modalidades, como o Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje e Sedex Mundo, agilizando ainda mais a entrega de encomendas.

Devido à forte capilaridade da empresa, a prestação de serviços financeiros nas agências dos Correios constitui-se, cada vez mais, numa importante contribuição para a inclusão bancária de milhões de brasileiros. Desde a criação do Banco Postal, milhares de pessoas, que antes tinham que se deslocar para uma cidade vizinha para realizar uma simples operação bancária, agora contam com a comodidade de tudo poder ser feito na própria cidade onde moram.

Impulsionados pelas mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, os Correios iniciaram em 2011 um profundo processo de modernização. Com a sanção da Lei 12.490/11, a empresa teve seu campo de atuação ampliado e foi dotada de ferramentas modernas de gestão corporativa para enfrentar a concorrência com a prestação de serviços mais ágeis e eficientes para toda a sociedade.

Com a nova lei, os Correios podem atuar no exterior e nos segmentos postais de serviços eletrônicos, financeiros e de logística integrada; constituir subsidiárias, adquirir controle ou participação acionária em empresas já estabelecidas e firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua marca e a sua rede de atendimento.

Essa nova postura contribuirá para que a ECT se torne uma empresa de “classe mundial”, destacada por suas práticas e resultados, à altura da confiança que o cidadão brasileiro sempre depositou nos Correios.

Para ingressar no quadro, exige-se diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo órgão competente. O salário-base é de R\$ 3.211,58 com uma jornada de trabalho de 44 horas semanais.

O cargo de Analista de Correios – Especialidade: Pedagogo, tem como atribuições propor melhorias nos processos utilizando instrumentos, equipamentos e sistemas para atender os padrões de qualidade, produtividade, segurança e exigências tecnológicas inerentes a sua área de atuação; Prestar assessoramento técnico inerente a sua atividade, orientando a aplicação dos conhecimentos e documentos normativos da área, propondo medidas alternativas, preventivas e corretivas para subsidiar a tomada de decisão, suprir as necessidades e garantir o alcance das metas e dos indicadores da área; Disseminar conhecimentos técnicos, utilizando normas e legislações aplicáveis, emitindo considerações, transmitindo ocasionalmente informações e orientações a público específico para melhoria contínua dos processos de trabalho; Elaborar documentos (relatórios, pareceres, ofícios, cartas, planilhas e outros) aplicando normas técnicas e os padrões estabelecidos pela empresa, relatando ocorrências, emitindo considerações técnicas conclusivas, propondo novas ações para subsidiar a tomada de

decisões e gerar acervo documental; Realizar auditoria técnica na sua área de atuação, verificando os procedimentos, as normas e legislações aplicadas, identificando não conformidades para propor medidas corretivo preventivas e garantir a melhoria contínua dos processos; Acompanhar o cronograma da execução de projetos, aplicando normas e monitorando prazos e ações para o alcance dos objetivos organizacionais; Executar outras atribuições de mesma natureza e complexidade que compõem as atividades da sua área de atuação, para atender o plano de trabalho estabelecido pela Empresa.

Os conteúdos exigidos no concurso de seleção, em conformidade com o EDITAL N° 13 – ECT, DE 24 DE MARÇO DE 2011, abrangem Didática da educação: planejamento de ensino, projeto de educação, plano de curso, plano de aula; Didática organizacional; Metodologia do ensino; História da educação. 5 Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; teorias de aprendizagem; andrologia — educação de jovens e adultos —; taxonomias de objetivos de aprendizagem; Projeto político-pedagógico; Organização e gestão da sala de aula; Tecnologias da informação e da educação; Ética na educação; Educação nas organizações, Diagnósticos organizacionais, Gestão de pessoas e Educação, Planejamento e gestão para a educação corporativa, O pedagogo nas organizações: aspectos legais, éticos, políticos e administrativos, Capacitação, treinamento e desenvolvimento de pessoas: papel, objetivos, planejamento, levantamento de necessidades, métodos e técnicas, Avaliação e acompanhamento dos programas de educação corporativa: objetivos e aplicações.

No **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)**, cuja missão é proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social, o Pedagogo tem espaço de atuação no cargo de Analista Judiciário – Apoio Especializado Pedagogia. Como requisito para ingresso é preciso possuir diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). Desempenha atividades de nível superior, de supervisão e orientação com relação a tarefas concernentes à execução especializada de trabalhos pedagógicos, tais como planejar, coordenar e elaborar diagnósticos, utilizando recursos pedagógicos e técnicas especiais. A remuneração para esse cargo é de R\$ 5.484,08, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, distribuído de acordo com o funcionamento do Órgão.

Para ingresso, são exigidos, de acordo com o contido no EDITAL N.º 1 – TJDFT, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007, conhecimentos sobre Fundamentos da educação, Relação

educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica, Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei n.º 9.394/96) e Parâmetros Curriculares Nacionais, Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas; A supervisão: concepção e prática, Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação; normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal, Organização do trabalho na escola pública: articulação da ação supervisora com as diferentes instâncias e agentes educativos na construção da cidadania e na melhoria da qualidade do ensino, Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender; Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar, Função sociocultural da escola, Escola: comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural, Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis, Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação, Comunicação e interação grupal no processo de planejamento: constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais; Currículo e construção do conhecimento; Processo de ensino-aprendizagem, Relação professor/aluno, Bases psicológicas da aprendizagem, Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino; métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação educacional, Metodologia de projetos: um caminho entre a teoria e a prática. Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento, Análise de dificuldades, problemas e potencialidades no cotidiano escolar em sua relação com a sociedade concreta, Educação continuada dos profissionais da escola.

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, tem por objeto social implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea; prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos. A Infraero poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de empresa e participar do capital de outras empresas, relacionadas ao seu objeto social, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 5.862, de 1972.

O papel do pedagogo nessa empresa é desempenhado pelo Analista Superior I – Pedagogo, que, para ingressar nessa empresa, deve ser portador de diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso superior completo em Pedagogia, fornecido por

instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e registro junto ao Ministério da Educação. Tem como atribuições executar atividades técnico-pedagógicas que assistam às diversas áreas da Empresa. A remuneração é de R\$ 2.818,86 e a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Exige-se, de acordo com o contido no EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES 02/2011.01, por meio de concurso, conhecimentos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Planejamento de ensino, Planejamento curricular, Didática, Formulação de objetivos de ensino, Taxonomia de objetivos educacionais: Taxonomia de Bloom, Recursos de ensino, Metodologia de ensino, Avaliação da aprendizagem (montagem de provas; tipos de itens; critérios para dosagem de conteúdo e para valoração de questões), Gestão por competências, Elaboração de projetos pedagógicos, Teorias de Aprendizagem, Educação Corporativa: o papel do pedagogo na empresa, gestão do conhecimento e inteligência organizacional, Elaboração de programas de capacitação técnica, Atuação interdisciplinar para formação de profissionais, Dinâmicas de grupos e jogos nas organizações, Avaliação de programas educacionais no âmbito organizacional, Comunicação e formação de equipes, Tecnologias da comunicação e da informação em educação, Planejamento, execução e avaliação de eventos empresariais Educação a Distância - conceito, histórico, características, Desenvolvimento do EAD no Brasil, Tecnologias aplicadas ao EAD - princípios gerais de navegação WEB, uso de multimídias, ferramentas da WEB, e-laringe, plataforma Moodle (conceito e características e administração); Desenho Instrucional - fundamentos do DI, campos de atuação do designer instrucional, abordagens andrológicas do DI, modelos de aprendizado online (fixo, aberto e contextualizado), aplicação dos modelos de DI e respectivas tecnologias empregadas, coleta e análise do público-alvo e contexto ambiental, relatório da análise contextual, processos do DI: Análise, Desenho (design), desenvolvimento, implementação, acompanhamento (avaliação do projeto), roteirização de conteúdo, desenho da interface x motivação do aluno frente ao conteúdo, criação e desenvolvimento de cursos, Fundamentos para tutoria – Perfil, atribuições, acompanhamento de tutoria, avaliação de tutoria, Avaliação em EAD – Instrumentos e critérios, Noções básicas de Planejamento Estratégico em RH, Gestão por Competência: conceito, objetivos e sua relação com o Planejamento Estratégico e Treinamento de Pessoas, Ética profissional, Noções de Informática: Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet, Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, Organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de

informação e arquivos, Conceitos de proteção e segurança da informação, Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: conceitos de hardware e de software, Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup). Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos, aplicativos para edição de textos e planilhas eletrônicas (Microsoft).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Sua missão é desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social. O CNJ desenvolve e coordena vários programas de âmbito nacional que priorizam áreas como Gestão Institucional, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Tecnologia. Entre eles estão: Metas do Judiciário, Lei Maria da Penha, Conciliação e Mediação, Justiça Aberta, Justiça em Números, Audiências de Custódia, Processo Judicial eletrônico.

No CNJ o Pedagogo ocupa o cargo de Analista Judiciário – área administrativa, especialidade Pedagogia. Exige-se, para ingresso, diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. O Pedagogo, no CNJ, realiza atividades de nível superior, de natureza técnica, relacionadas ao planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, pesquisa e execução de tarefas que envolvam diagnósticos e projetos na área de Pedagogia. A remuneração do cargo é de R\$ 6.611,39 (seis mil, seiscentos e onze reais e trinta e nove centavos) e a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

No certame para ingresso, conforme EDITAL Nº 1 – CNJ, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2012, são exigidos conhecimentos sobre Fundamentos da educação, Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica, Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei nº 9.394/1996) e Parâmetros Curriculares Nacionais, Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas, Legislação aplicada à educação a distância; A supervisão, Concepção e prática, Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação, Normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal, Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender; Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar, Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis, Projeto político-pedagógico no ambiente organizacional, Concepção, princípios e eixos norteadores, Gestão

educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação, Comunicação e interação grupal no processo de planejamento: constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais, A avaliação na perspectiva da construção do conhecimento, Desenvolvimento de competências: conhecimentos, habilidades, atitudes; Currículo e construção do conhecimento; Processo de ensino-aprendizagem, Relação professor/aluno, Bases psicológicas da aprendizagem, Educação de adultos, Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos, Objetivos e conteúdos de ensino, Métodos e técnicas, Novas tecnologias aplicadas à educação e plataformas de aprendizagem virtuais e avaliação educacional, Metodologia de projetos presenciais e a distância, Um caminho entre a teoria e a prática, Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento, A ação pedagógica e o trabalho com projetos; Ética e trabalho, Dilemas éticos da profissão.

O Ministério Público da União – MPU, composto pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, defende os interesses da sociedade e zela pelo respeito à lei, em cada ramo do MPU, na respectiva área de atuação. Ao MPU é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira. Sendo as carreiras dos membros dos diferentes ramos independentes entre si. Dessa forma, para ser membro do MPF, deve-se prestar concurso público para o MPF. Para ser membro do MPT, deve-se prestar concurso para o MPT, e assim por diante. Quanto a carreira técnico-administrativa, esta é única para todo o MPU. O candidato presta concurso público para o MPU e pode ser lotado em qualquer um dos ramos.

O MPU tem, no seu quadro de pessoal permanente, o cargo de pedagogo definido como Analista do MPU – Área de atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Educação. Como requisito para ingresso, é exigido diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. As atribuições básicas do cargo são de planejamento, organização, avaliação e execução de atividades técnico-pedagógicas e administrativas na área de educação, inclusive corporativa; atuação em sistemas de avaliação de ações de TD&E; elaboração de diagnósticos das necessidades de TD&E; planejamento e execução de programas e projetos de educação presencial e a distância alinhados ao projeto de pesquisa conforme parâmetros do CNPq; realização de atividades relativas ao desenvolvimento do desenho

instrucional de cursos na modalidade à distância e presencial; orientação de atividades voltadas à transformação do desenho instrucional de cursos em linguagem multimídia e em material didático para cursos presenciais, entre outros; selecionar estratégias instrucionais e mídias adequadas aos diferentes tipos de conteúdo, objetivos, públicos-alvo e modalidades de ensino; e zelar pelo cumprimento da legislação que envolve o projeto pedagógico. A remuneração do cargo é de R\$ 6.611,39 (seis mil, seiscentos e onze reais e trinta e nove centavos) e a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

De acordo com o EDITAL N° 1 – MPU 2/2013, DE 9 DE AGOSTO DE 2013, são exigidos conhecimentos sobre Fundamentos da educação, Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica, Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei nº 9.394/1996) e Parâmetros Curriculares Nacionais, Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas, Legislação aplicada à educação a distância; A supervisão, Concepção e prática, Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação, Normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal, Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender; Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar, Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis, Projeto político-pedagógico no ambiente organizacional, Concepção, princípios e eixos norteadores, Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação, Comunicação e interação grupal no processo de planejamento: constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais, A avaliação na perspectiva da construção do conhecimento, Desenvolvimento de competências: conhecimentos, habilidades, atitudes; Currículo e construção do conhecimento; Processo de ensino-aprendizagem, Relação professor/aluno, Bases psicológicas da aprendizagem, Educação de adultos, Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos, Objetivos e conteúdos de ensino, Métodos e técnicas, Novas tecnologias aplicadas à educação e plataformas de aprendizagem virtuais e avaliação educacional, Metodologia de projetos presenciais e a distância, Um caminho entre a teoria e a prática, Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento; A ação pedagógica e o trabalho com projetos; Ética e trabalho, Dilemas éticos da profissão.

Outra instituição em que o pedagogo desenvolve atividades é no **Exército Brasileiro (EB)**, uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

A Missão do Exército significa, em síntese, defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, garantir a lei e a ordem, participar de operações internacionais, cooperar com o desenvolvimento nacional, cooperar com a defesa civil e atuar na faixa de fronteira terrestre contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Em razão da natureza técnico-administrativa de diversos cargos do Exército Brasileiro, foi criado o Quadro Complementar de Oficiais (QCO), composto por oficiais com curso superior, realizado em universidades civis, em diferentes áreas do conhecimento e especializações técnicas necessárias. O QCO vem contribuindo para o aprimoramento dos procedimentos administrativos no âmbito da Força Terrestre.

São administradores, que racionalizam processos gerenciais; estatísticos, que assessoram seus superiores com análises de quadros do Exército; professores, que educam os jovens líderes do amanhã; profissionais de informática, que implementam vários sistemas de computação na Força Terrestre; os comunicadores sociais, que contribuem para a divulgação da imagem da Força; e ainda advogados, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, veterinários, contadores e tantos outros, que vêm compartilhando, com os demais integrantes da Força, os esforços desenvolvidos em prol do cumprimento da missão constitucional do Exército. O soldo inicial é de 6.673,00 e a carga horária é de 40 horas semanais.

Para ingressar no QCO, segundo o EDITAL DO CONCURSO DE ADMISSÃO 2017 para matrícula no curso de formação de oficiais do quadro complementar em 2018, é necessário ter concluído com aproveitamento, em instituição de ensino superior, o curso de graduação na área objeto do CA, que o capacite ao exercício profissional nas áreas para as quais foram estabelecidas vagas em portaria do Estado-Maior do Exército (EME), destinadas à matrícula no CFO/QC, e possuir registro no órgão fiscalizador da profissão a que concorre, quando existir, possuir diploma, na área objeto do concurso a que se refere a inscrição, de instituições credenciadas e cursos oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), na forma da legislação federal que regula a matéria, devidamente registrado. Admitir-se-á também, o diploma emitido e registrado com fundamento no art. 63 da Portaria Normativa nº 40-MEC, de

12 de dezembro 2007; e registro profissional expedido pelo órgão fiscalizador da profissão, quando existir.

As atividades desenvolvidas pelo Militar-Pedagogo são de planejamento e coordenação de ações de supervisão escolar; assessorar o Comando em questões de ensino; planejar atividades educacionais; assistir o Corpo Docente nas atividades pedagógicas; elaborar e revisar currículos; analisar resultados dos processos de avaliação do ensino e da aprendizagem; propor mecanismos de melhorias do rendimento do processo ensino-aprendizagem; colaborar com a Seção Psicopedagógica e com a Seção Técnica de Ensino na promoção das atividades de orientação educacional e de supervisão escolar, respectivamente; conhecer as atividades diárias de um Estabelecimento de Ensino; evidenciar criatividade, dedicação, disciplina, disciplina intelectual, iniciativa, organização, previsão, responsabilidade; manifestar comunicabilidade, equilíbrio emocional, perspicácia, sensibilidade, sociabilidade e tato.

Os conhecimentos exigidos, relacionados no mencionado edital, são: Fundamentos da educação: A educação brasileira: perspectivas históricas e culturais, A educação escolar como processo social na contemporaneidade, As relações entre educação e trabalho: desafios para a promoção da autonomia e da construção do conhecimento; Política educacional: O Estado e o planejamento da educação no Brasil, Políticas públicas em educação: concepções, impasses e questões, A estrutura da educação no Brasil: aspectos legais e organizacionais. A integração educação profissional e ensino médio: sujeitos, limites, possibilidades e desafios, Justiça Social, Educação e Trabalho: inclusão, diversidade e igualdade, LDB: Lei 9.394/96, com as atualizações vigentes, PNE: Lei 13.005/2014; Didática, gestão do ensino, avaliação da aprendizagem e formação docente, Percursos da Docência: da iniciação à profissionalização, A formação de professores no contexto atual: desafios para uma educação de qualidade, A pesquisa como princípio educativo e o currículo, Os processos didáticos de ensino/aprendizagem: a organização do planejamento pedagógico e suas implicações educacionais para os processos de aprender e ensinar competências, Características da evolução do pensamento pedagógico brasileiro: pressupostos e contribuições, As influências das novas tecnologias da informação e da comunicação nos contextos culturais e educacionais atuais, Abordagens teórico/metodológicas da avaliação escolar, Perspectivas de currículo e práticas pedagógicas em construção: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade, As contribuições da psicologia da educação e do desenvolvimento para a docência e suas implicações nas práticas educacionais contemporâneas, Adolescência e escola: perspectivas psicológicas e sociais de compreensão do processo de adolescer na

sociedade atual, Educação de Adultos: sujeitos, concepções, pressupostos e desafios, gestão democrática e avaliação, Processos de organização do trabalho pedagógico: da gestão interdisciplinar do ensino à gestão da Escola, A gestão participativa na escola: os desafios do trabalho integrado na vivência do Projeto Político Pedagógico.

Quadro 2 – Resumo dos principais conhecimentos

Instituição	Principais Conhecimentos
TJDFT	Fundamentos da educação, Bases legais da educação nacional, supervisão, Liderança e relações humanas, Organização do trabalho na escola pública, Função sociocultural da escola, Processo de planejamento, Processo de ensino-aprendizagem, Metodologia de projetos, Educação continuada dos profissionais da escola
DETRAN-DF	Fundamentos da educação, Bases legais da educação nacional, Liderança e relações humanas no trabalho, Organização do trabalho na escola pública, Função sociocultural da escola, Processo de planejamento
ECT	Didática da educação, Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, andrologia, Projeto político-pedagógico, Tecnologias da informação e da educação, Planejamento e gestão para a educação corporativa, Avaliação e acompanhamento dos programas de educação corporativa
Infraero	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Planejamento de ensino, Planejamento curricular, Didática, Formulação de objetivos de ensino, Metodologia de ensino, Avaliação da aprendizagem, Elaboração de projetos pedagógicos, Teorias de Aprendizagem, Educação Corporativa, Tecnologias da comunicação e da informação em educação, Planejamento, execução e avaliação de eventos empresariais Educação a Distância
EB	Fundamentos da educação, as relações entre educação e trabalho, Política educacional, Políticas públicas em educação, Didática, gestão do ensino, avaliação da aprendizagem e formação

	docente, Percursos da Docência, Educação de Adultos, Processos de organização do trabalho pedagógico
CNJ	Fundamentos da educação, Bases legais da educação nacional, supervisão, Liderança e relações humanas, Organização do trabalho na escola pública, Função sociocultural da escola, Processo de planejamento, Processo de ensino-aprendizagem, Metodologia de projetos, Educação continuada dos profissionais da escola
METRÔ-DF	Administração mercadológica, Gestão estratégica de pessoas, Avaliação de desempenho, Gestão do conhecimento, Educação corporativa, Gestão do conhecimento, Desenvolvimento de projetos pedagógicos para as organizações, Educação profissional e educação a distância, E-laringe,
MPU	Fundamentos da educação, Bases legais da educação nacional, supervisão, Liderança e relações humanas, Organização do trabalho na escola pública, Função sociocultural da escola, Processo de planejamento, Processo de ensino-aprendizagem, Metodologia de projetos, Educação continuada dos profissionais da escola
ABIN	planejamento de ensino e curricular, didática, avaliação da aprendizagem; elaboração de projetos pedagógicos, tecnologia da educação, educação a distância, educação corporativa, projeto pedagógico, metodologia de ensino.
SEDESTMIDH	Administração da Educação e Comunidade; Concepções e Modalidades de Educação, Planejamento, Cultura Organizacional, A legislação do ensino brasileiro, Educação e Trabalho, Formação profissional

Fonte: elaborado pelo autor

Com base nas informações encontradas nos editais pesquisados e relacionadas no Quadro 2 (Resumo dos principais conhecimentos), dentre os conhecimentos exigidos do pedagogo para atuar em espaços de educação não escolar nesses órgãos públicos, percebe-se que há uma frequência em que os conhecimentos aparecem nos editais: o TJDFT, o CNJ e o MPU exigem os mesmos conhecimentos; Processo de Planejamento é comum a todos os editais, pois aparece em todos eles; quanto aos conhecimentos referentes às Bases Legais aparecem em

8; o terceiro assunto mais encontrado foi sobre Os Fundamentos da Educação, constando em 5 editais, assim como Liderança e Relacionamento também; Didática foi encontrada em 4 deles; Metodologia de Projetos e Educação a distância em 3 editais. Já Educação Corporativa e Educação no trabalho aparecem em 2.

Quadro 3 – Resumo das principais atividades

Instituição	Principais atividades
TJDFT	supervisão e orientação com relação a tarefas concernentes à execução especializada de trabalhos pedagógicos, tais como planejar, coordenar e elaborar diagnósticos, utilizando recursos pedagógicos e técnicas especiais
DETRAN-DF	planejamento, coordenação, controle, avaliação e execução de atividades de diagnóstico das ações desenvolvidas pelo DETRAN-DF, elabora e executa planos de atividades socioeducativas e culturais; participa de programas de treinamentos que envolvam conteúdos relativos à área de atuação; assessora atividades específicas de Pedagogia
ECT	Assessoramento técnico, elaborar documentos, auditoria técnica, acompanhar o cronograma da execução de projetos
Infraero	Executar atividades técnico-pedagógicas que assistam às diversas áreas da Empresa
EB	planejamento e coordenação de ações de supervisão escolar; assessorar o Comando em questões de ensino; planejar atividades educacionais; assistir o Corpo Docente nas atividades pedagógicas; elaborar e revisar currículos; analisar resultados dos processos de avaliação do ensino e da aprendizagem; propor mecanismos de melhorias do rendimento do processo ensino-aprendizagem; colaborar com a Seção Psicopedagógica e com a Seção Técnica de Ensino na promoção das atividades de orientação educacional e de supervisão escolar, respectivamente; conhecer as atividades diárias de um Estabelecimento de Ensino;

CNJ	planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, pesquisa e execução de tarefas que envolvam diagnósticos e projetos na área de Pedagogia
METRÔ-DF	participar das atividades de nível superior de pedagogia, relativas ao desenvolvimento e capacitação profissional dos empregados do METRÔ-DF, elaboração de planos e programas que envolvem levantamento de necessidades de capacitação profissional, cursos, processo de formação profissional, avaliação de métodos de treinamento e desempenho profissional, captação de recursos humanos, materiais didáticos e demais aplicações pedagógicas.
MPU	planejamento, organização, avaliação e execução de atividades técnico-pedagógicas e administrativas na área de educação, inclusive corporativa, planejamento e execução de programas e projetos de educação presencial e a distância, desenvolvimento do desenho instrucional de cursos na modalidade à distância e presencial
ABIN	planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades de gestão técnico-administrativas; suporte e apoio logístico à produção de conhecimentos de inteligência, às ações de salvaguarda de assuntos sensíveis.
SEDESTMIDH	planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação de atividades que demandem conhecimentos especializados relacionados à área de Pedagogia

Fonte: elaborado pelo autor

Analisando o Quadro 3 (Resumo das principais atividades) encontramos as seguintes frequências das principais atividades exigidas nos editais: Trabalho Pedagógico consta de todos os editais; Capacitação dos Servidores somente no METRÔ; Atividades Socioeducativas e Culturais no edital do DETRAN; Apoio Logístico (à produção de conhecimentos de inteligência) apenas na ABIN.

A partir das informações contidas no Quadro 1: Órgãos públicos no DF que possuem pedagogos atuando com educação não escolar, apresentadas de forma resumida nos quadros 2 e 3 - Resumo dos principais conhecimentos e Resumo das principais atividades, respectivamente - verificou-se que, para atuar nestes espaços, são exigidos diferentes saberes

desse profissional que, segundo Melo (2016), são os saberes da experiência (ou experienciais), também conhecidos como práticos e os saberes pedagógicos (ou profissionais). Ainda de acordo com essa autora, os primeiros estão relacionados diretamente ao trabalho pedagógico, desenvolvido pelo pedagogo, que se origina na prática do cotidiano, de acordo com as condições de trabalho desse profissional. Já os saberes pedagógicos são adquiridos durante a formação, que tratam da ciência da educação e da Pedagogia.

Os resultados obtidos revelaram que, para atuar em algumas das instituições pesquisadas, são exigidos três grandes eixos:

a) Perfil:

- Profissional com domínio de planejamento, gestão de processos educativos e de pessoas, que valorizem as relações interpessoais em espaços de educação não escolar.

b) Área de atuação:

- Quanto à área de atuação, o trabalho envolve atividades sobre planejamento, gestão e avaliação de cursos.

c) Conhecimentos formativos:

- Conhecimentos acadêmicos de diferentes áreas, adquiridos na formação inicial e continuada;
- Conhecimentos sobre Organização da Gestão;
- Conhecimentos sobre cultura organizacional.

Feitas essas aproximações e observações sobre nosso objeto de pesquisa, percebemos que o Pedagogo que atua na educação não escolar dos órgãos públicos aqui apresentados, deve ter uma sólida formação teórica abrangendo conhecimentos sobre os processos de planejamento, as Bases Legais, os fundamentos da educação, além da didática. Quanto às atividades desenvolvidas, o trabalho pedagógico é apresentado como a principal delas, sendo também desenvolvidas atividades de capacitação dos servidores, atividades socioeducativas e culturais, além de apoio logístico à produção de conhecimentos.

SEÇÃO II - O MAPEAMENTO SOBRE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TEMA

Neste capítulo apresentamos um estudo sobre a produção do objeto da presente pesquisa, abordando-se a contribuição do trabalho para a área acadêmica, para o segmento estudado, bem como a contribuição pessoal para o pesquisador.

2.1. O processo de investigação inicial – a revisão bibliográfica

A fase inicial de um processo investigatório é a revisão bibliográfica, que torna possível conhecer o que foi produzido pela comunidade científica de determinada área, como evoluiu e que aspectos já abordaram e, ainda, que suscitam e carecem de novas pesquisas. Ferreira (2002) denomina pesquisas de caráter bibliográfico de “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Para essa autora, são

[...] destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p.258).

Para Romanowski e Ens (2006), as pesquisas intituladas “estado da arte” e “estado do conhecimento” têm seu objeto de pesquisa muito próximos, porém apresentam certa distinção, pois se distanciam por terem abrangências distintas das fontes de estudos consideradas na pesquisa. Assim, “estado da arte” são pesquisas mais abrangentes, para além de estudos dos resumos de dissertações e teses, incluindo, também, estudos sobre as produções em congressos. O estado do conhecimento por sua vez, trata de pesquisa realizada sobre determinado tema com delimitação de espaço temporal. Trata-se, aqui, portanto, de analisar resumos de artigos, dissertações e teses produzidos sobre um tema específico e, a partir dessa leitura, identificar o que foi publicado e como o tema foi abordado pela comunidade acadêmica de 2010 a 2020.

Portanto, este tópico, a partir do estado do conhecimento, apresenta um levantamento das produções acadêmicas realizadas no Brasil sobre a Atuação do Pedagogo em Espaços Não escolares, com recorte temporal no período de 2010 a 2020. Para tanto, foram utilizadas como fonte de consulta o Google Acadêmico, Endipe, teses e dissertações. Como resultados, foram identificados 21 trabalhos com diferentes produções sobre essa temática. A partir do

levantamento realizado é possível destacar que a temática tem sido objeto de estudo e que vem sendo destaque a importância da atuação do pedagogo em espaços para além das escolas. Porém, também se revela que esse tema ainda é pouco explorado, considerando a quantidade de produções encontradas. Isso indica que se faz necessário maior interesse da comunidade acadêmica sobre o estudo dessa temática, pois trata-se de uma área também importante de atuação do pedagogo, que deve ter sua formação plena, unitária, e que lhe permita realizar análises, compreender e lidar com mudanças em diferentes espaços em que ocorrem o ato educacional intencional, e que seja capaz de propor uma educação crítica, de base sólida visando uma formação humana omnilateral, independente do espaço em que atua, seja ele escolar ou não escolar.

2.2. Apresentação dos resultados da pesquisa em números de produções sobre o tema

Foram selecionados, a partir dos critérios descritos, 21 produções acadêmicas para análise. Destas, 17 foram encontradas por meio de pesquisa no Google Acadêmico (9 periódicos e 8 dissertações) e 4 no ENDIPE, conforme apresentados no “Quadro 4 - Produções Acadêmicas de 2010 a 2020”.

Quadro 4 – Produções Acadêmicas de 2010 a 2020

Ano	Google acadêmico	Endipe	Teses e Dissertações	Total
2010	0	0	0	0
2011	0	0	0	0
2012	0	0	1	1
2013	0	0	1	1
2014	0	0	2	2
2015	0	0	0	0
2016	2	0	1	3
2017	2	0	1	3
2018	1	4	0	5
2019	1	0	2	3
2020	3	0	0	3
Subtotal	9	4	8	21

Fonte: elaborado pelo autor

Foram descartados os trabalhos relacionados a outros temas que não da atuação do pedagogo em espaços não escolares de formação complementar à formação acadêmica. A partir da leitura dos títulos, dos resumos e conteúdo dos 21 trabalhos encontrados, chegou-se aos resultados que serão apresentados a seguir.

2.2.1. Resultados obtidos a partir da pesquisa no Google Acadêmico

A partir dos trabalhos encontrados em nossa pesquisa no Google Acadêmico, será apresentada, em ordem cronológica e de forma sucinta, uma síntese dos periódicos selecionados e considerações correlatas ao objeto dessa pesquisa. Em seguida, trataremos na mesma ordem das dissertações encontradas na pesquisa. Vale ressaltar que em nossa pesquisa não foram encontradas teses sobre a temática aqui abordada, motivo pelo qual não constam em nossa análise.

2.2.1.1. Periódicos

Quadro 5 -Base: Google Acadêmico - Periódicos

Nº	ano	Título	Autor(es)	Objetivo Geral	Qualis	Periódico local
1	2016	O pedagogo em âmbitos não escolares: perspectivas, entraves e possibilidade de atuação em empresas	Gonçalves, Josiane Peres; Correa, Ana Maria	Analisar as perspectivas, entraves e possibilidade de atuação do pedagogo em empresas	B	Revista De Educação PUC-Campinas, 21(2), 193–209.
2	2016	Pedagogos em espaços não escolares	Diniz, Patrícia da Silva e Dias, Ticiane Bomfim Menezes	analisar o papel do pedagogo em espaço não escolar, sendo capacitado para desempenhar uma função de mediador e articulador da aprendizagem na organização.	-	Artigo
3	2017	A gestão do trabalho Pedagógico em espaços Escolares e não escolares: um debate acerca da formação do pedagogo no Brasil	Falco, Aparecida Meire Calegari; Moreira, Jani Alves da Silva	Apresentar reflexões acerca da gestão do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares, a fim de proporcionar elementos teóricos para subsidiar os estudos sobre a formação inicial do pedagogo no Brasil.	-	Boletim Técnico do SENAC – A Revista da Educação Profissional. V.43, n.1, janeiro/abril – 2017, 257-272.

4	2017	Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica	Severo, José Leonardo Rolim de Lima	Abordar a formação do pedagogo no âmbito da Educação não Escolar (ENE) em relação ao significado epistemológico da Pedagogia e aos saberes e habilidades profissionais necessários à prática pedagógica não escolar.	A2	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação
5	2018	O pedagogo nos espaços Não escolares: desafios e Possibilidades	Santos, Luzineide Carvalho dos; Xavier, Julliana Gomes	Conceituar a formação e campo de trabalho do pedagogo; ponderar o perfil do pedagogo fora do espaço escolar; descrever os desafios encontrados.	A2	Revista Humanidades e Inovação
6	2019	Atuação do pedagogo em espaços não escolares	Ferreira, Mônica de Souza Corrêa ¹ , Rachel de Souza	investigar a formação e a atuação do Pedagogo em espaços educativos não escolares.	B2	Revista Multidebates
7	2020	O profissional de Pedagogia em espaços não escolares: uma análise preliminar da produção científica	Lucindo, Nilzilene Imaculada; Nunes, Célia Maria Fernandes e Araújo, Regina Magna Bonifácio de	Estudar a produção científica acerca do profissional de Pedagogia em espaços não escolares, constituída a partir da leitura dos resumos de dissertações e teses defendidas no Brasil entre 2006 a 2018 e explicita dados relativos ao objeto de estudo	B1	-Revista Dialogia
8	2020	A atuação do (a) pedagogo (a) em espaços não escolares: a pedagogia empresarial enquanto um novo campo de atuação	Filho, Jairo Barduni; Figueiredo, Ana Clara Siqueira	analisar o papel de atuação do pedagogo em espaços não escolares e as alternativas para esse profissional de educação com enfoque na pedagogia empresarial.	B2	Revista Humanidades e Inovação
9	2020	A atuação do pedagogo nos espaços não escolares no município De campos dos Goytacazes, RJ	Morellato, Janine Lopes Heringer; Silva, Mariana Peixoto Artilés Cavalhiére da; Cunha, Teresa Claudina de Oliveira & Puglia, Vânia Machado Seabra.	Investigar a atuação do pedagogo em espaços não escolares.	A2	Revista Perspectiva (Universidade Federal de Santa Catarina)
10	2021	A atuação do pedagogo em espaços não escolares: gestão possibilidades e desafios	Modesto, Franciely Souza; Pereira, Silvanis dos Reis Borges	Analisar o papel do pedagogo frente a gestão de atividades exercidas no campo não formal, retratando os desafios e as possibilidades presentes na atuação.	B1	Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas (POHSA)

Fonte: elaborado pelo autor

Iniciando pelo trabalho de Gonçalves (2016), essa autora faz uma análise das perspectivas, entraves e possibilidade de atuação do pedagogo em empresas. Para tanto, utiliza como metodologia a pesquisa documental e a abordagem teórica. Os sujeitos da pesquisa são pedagogos que atuam com educação não escolar em espaços empresariais. Esse trabalho aponta que apesar de o pedagogo ter subsídios legais para a atuação nesses espaços, a academia não consegue abarcar toda essa flexibilidade. Também consta que a possibilidade de o pedagogo atuar em ambientes empresariais é remota, pois são ofertadas poucas vagas e os conteúdos exigidos nos concursos não estão contemplados nos currículos dos cursos de formação inicial.

O segundo trabalho é de autoria de Diniz (2016), que analisa o papel do pedagogo em espaço não escolar, capacitado para desempenhar a função de mediador e articulador da aprendizagem em organizações. A metodologia utilizada foi a abordagem bibliográfica e teve como sujeitos da pesquisa pedagogos que atuam em ambientes não escolares. Como resultados, pode-se concluir que a atuação do pedagogo em ambientes não escolares é fato e agora embasado em lei e que, desta forma, foi dada mais uma atribuição a este profissional que deverá agir dentro de suas habilidades pedagógicas no âmbito da capacitação de empresas.

A pesquisa realizada por Falco (2017) apresenta reflexões sobre a gestão do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares, a fim de proporcionar elementos teóricos para subsidiar os estudos sobre a formação inicial do pedagogo no Brasil. Como metodologia, utilizou-se da pesquisa bibliográfica tendo como sujeitos da pesquisa pedagogos. Como resultado, aponta que o campo de atuação do pedagogo ampliou-se e, mesmo com as reformulações ocorridas nos cursos de Pedagogia, ainda cabe a cada profissional a busca por especializar-se na sua área de atuação e pesquisa, a fim de suprir ausências e deficiências que alguns cursos poderão apresentar ao longo da formação inicial.

Severo (2017) pesquisa sobre a pedagogia e pedagogo em espaços não escolares, com apontamentos desde uma síntese de investigação empírica. O estudo aborda a formação do pedagogo no âmbito da educação não escolar, em relação ao significado epistemológico da pedagogia e aos saberes e habilidades profissionais necessários à prática pedagógica não escolar. Como metodologia, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e entrevista com pedagogos. O estudo aponta que o conteúdo relativo a educação não escolar nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia apresenta características de dispersão, profusão, além da falta de especificidade e desarticulação no tocante ao contexto geral dos objetivos e organização curricular dos cursos de pedagogia, sendo pouco contemplado em disciplinas e eixos /dimensões formativas. Como contraposição, indica que a abordagem de saberes e habilidades

profissionais a partir dos dados coletados nas entrevistas com os pedagogos aponta a demanda, durante a formação inicial, de que eles participem de experiências de socialização e construção de saber que delineiem um perfil formativo mais substancial e que seja pautado por uma concepção ampla sobre a profissão pedagógica.

O trabalho de Santos (2018) investiga o pedagogo nos espaços não escolares, os desafios e possibilidades. Nesse estudo a autora conceitua a formação e o campo de trabalho do pedagogo e também pondera o perfil do pedagogo fora do espaço escolar, além de descrever os desafios encontrados nesse espaço. Utiliza-se para tanto da pesquisa descritiva, tendo como sujeitos investigados, pedagogos. O resultado da pesquisa aponta que o pedagogo pode contribuir para o crescimento humano em diversos espaços, tornando-se, assim, um agente de transformação por meio de sua prática. Portanto, a pesquisa foi essencial, pois possibilitou conhecer com mais proximidade o trabalho desenvolvido pelo pedagogo no espaço não escolar, bem como a sua importância em ações educativas.

A pesquisadora Ferreira (2019) realizou seu estudo sobre atuação do pedagogo em espaços não escolares. Investigou a formação e atuação do pedagogo em espaços educativos não escolares por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como sujeitos pedagogos que atuam nesses espaços. O estudo aponta que é de vital importância a formação do pedagogo para atuar nesses espaços tão específicos, uma vez que o processo de ensino e aprendizagem é vivenciado não somente dentro da sala de aula, mas que é uma ação que acontece em todo e qualquer setor da sociedade, caracterizada como a sociedade do conhecimento, pois as educações tanto formais quanto não formais caminham paralelamente e possuem a educação como seu principal instrumento.

Lucindo, Nunes e Regina (2020) pesquisaram sobre o profissional da pedagogia em espaços não escolares, com abordagem da análise preliminar da produção científica. No estudo as autoras investigaram a produção científica sobre o profissional de pedagogia em espaços não escolares constituída a partir da leitura dos resumos de dissertações e teses defendidas no Brasil, no período compreendido de 2006 a 2018, além de explicitar dados referentes a este objeto de estudo. Utilizaram-se da pesquisa bibliográfica, tendo como sujeito da pesquisa pedagogos que atuam na educação não escolar. Por meio de seu estudo as autoras puderam constatar que têm sido poucos os estudos que investigam a temática do pedagogo em espaços não escolares. Indica que há um descompasso entre a quantidade de investigações realizadas e de espaços em que esses profissionais estão inseridos, pois no Brasil há pedagogos que exercem atividade laboral em vários locais distintos do espaço escolar. Enfatizam que expandir a produção sobre essa

temática pode contribuir, além da reorganização dos cursos de pedagogia, para que a pedagogia alcance, de fato, o status de ciência da educação que conduz a formação desses profissionais e, além disso, tem legitimidade para direcionar toda a educação, toda ação educativa que se faz presente em qualquer lugar, seja ele escolar ou não escolar.

Filho e Figueiredo (2020), por sua vez, investigaram a atuação do pedagogo em espaços não escolares abordando a pedagogia empresarial enquanto um novo campo de atuação. Nesse estudo as autoras analisaram o papel de atuação do pedagogo em espaços não escolares e as alternativas para esse profissional de educação, enfocando na pedagogia empresarial. A metodologia que as autoras utilizaram foi a pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo como sujeitos da pesquisa funcionários e patrões. A partir da pesquisa foi possível evidenciar que a pedagogia empresarial ainda é recente, tanto no que concerne à sua criação quanto na pouca divulgação e invisibilidade que essa modalidade pedagógica possui socialmente e, também, nas universidades. Apontam que isso se deve ao fato de que, historicamente, o pedagogo esteve sempre voltado para a área da educação escolar.

O estudo de Morelato e Silva (2020) trata da atuação do pedagogo nos espaços não escolares no município de campo dos Goytacazes no Rio de Janeiro. As autoras investigam a atuação do pedagogo em espaços não escolares por meio de entrevista padronizada, tendo como sujeitos da pesquisa pedagogos que atuam nesses espaços. A pesquisa realizada pelas autoras aponta que o enfoque educativo da pedagogia não está presente apenas no contexto escolar, mas, também, no contexto não escolar. A educação possui, portanto, total relação com o trabalho que se desenvolve em suas respectivas instituições, tornando-se, assim, parte essencial para a sua atuação.

A pesquisa realizada por Modesto e Silvânia também trata da atuação do pedagogo em espaços não escolares, enfatizando gestão, possibilidades e desafios. As autoras analisam o papel do pedagogo frente à gestão de atividades exercidas no campo não formal, abordando os desafios e as possibilidades presentes na atuação do pedagogo. A metodologia utilizada nesse estudo foi a pesquisa qualitativa, que teve como sujeitos da pesquisa pedagogos que atuam em espaços não escolares. Os resultados obtidos na pesquisa indicam que o pedagogo como mediador na gestão das atividades da educação não formal é de fundamental importância para o desenvolvimento global do indivíduo, que surgiu para atender a necessidade de estender a educação para além do âmbito escolar, de forma complementar à educação formal diante das atividades desenvolvidas pelo pedagogo em sua atuação em espaços não escolares, trazendo

possibilidades e reafirmando as potencialidades para a transformação social e significativa do sujeito.

2.2.1.2. Dissertações e Teses

Quadro 6 – Resultados de pesquisa organizados por tipo, ano, título, autor e instituição

Nº	Tipo	Ano	Título	Autor	Instituição
1	Dissertação	2012	O desafio do pedagogo nos espaços de educação não formal.	MEIRELES, Tatiane de Fátima Wanzeler	Universidade Metodista de São Paulo
2	Dissertação	2013	A atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino.	PEDROZA, Samia	Universidade Estácio de Sá
3	Dissertação	2014	O pedagogo em ambientes organizacionais: um novo prisma de atuação.	COSTA, Sergio Luiz Freire	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
4	Dissertação	2014	O pedagogo e os espaços educativos não formais: conhecendo as organizações não governamentais (ONG) de Paranaíba	SANTOS, Simone Silveira dos.	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
5	Dissertação	2016	A presença da pedagogia e do pedagogo na empresa	PUCHALE, Sibeles Mocellin	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
6	Dissertação	2017	Educação não formal: um olhar sobre a formação e atuação de pedagogos(as) na Região dos Inconfidentes	LAPADULA, Maria Florentina	Universidade Federal de Ouro Preto.
7	Dissertação	2019	Educação sem fronteiras: espaço virtual de discussão sobre a atuação do pedagogo na educação não-formal.	PACHECO, Marcelo Wilson Ferreira	Universidade Federal do Pará
8	Dissertação	2019	Formação do/a pedagogo/a no Distrito Federal: o lugar da educação não escolar nos currículos de pedagogia.	SOUZA, Mariana Aparecida Serêjo de	Universidade de Brasília

Fonte: elaborado pelo autor

Na dissertação de Meireles (2012), vemos que seu trabalho investiga o desafio do pedagogo nos espaços de educação não formal. O foco de sua pesquisa é a análise e problematização dos aspectos relevantes que envolvem a trajetória formativa do pedagogo, além da abrangência de seu campo de atuação em espaços de educação não formal. Em sua pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pedagogos que atuam em espaços não escolares. A pesquisa confirma que a educação não é um processo exclusivo da escola, pois pode acontecer em locais distintos e em diversas situações sociais que não correspondem ao modelo escolar formal. Nesta perspectiva, buscou a autora superar a compreensão da educação somente como prática formal e ampliar seu sentido. Para tanto, aponta para a necessidade de reconhecer não só a importância, como também a necessidade das práticas educativas que acontecem para além da escola. Os dados obtidos na investigação realizada pela autora indicam que a educação não formal tem ampliado sua abrangência. Não obstante, adverte que ainda não há legislação específica que dê sustentação a essa modalidade de educação e que possibilita precedentes para algumas considerações do que se denomina educação não formal. Ao aprofundar a análise dos dados obtidos na pesquisa, chegou-se a considerações mais precisas do campo da educação não formal, além de trazer elementos para compreensão de sua importância nesse diversificado universo de atuação.

A pesquisadora Pedroza (2013) faz um estudo sobre a atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino. Afirma que no momento de sua pesquisa há discussões sobre a formação dos pedagogos decorrente da diversificação dos espaços de ensino oriundos da situação da educação brasileira e da dificuldade de inserção das pessoas carentes na sociedade. A partir dessas considerações, afirma que a pedagogia passa a ser analisada com mais importância devido às exigências propostas aos profissionais que lidam com as diferentes unidades de ensino como proposta de atuação. Sendo assim, os debates crescem no que se refere aos Cursos de Pedagogia atuais por serem insuficientes na abordagem de diferentes espaços de atuação do educador, que se denomina como educador social, quando atuam nos espaços não formais de ensino. O objetivo desta pesquisa consiste em verificar a atuação dos educadores/pedagogos nos espaços não formais de ensino, buscando saber suas principais dificuldades de atuação, especialmente, nas Organizações Não Governamentais. É um trabalho de caráter qualitativo, realizado em ONGs situadas em áreas de risco. As organizações pesquisadas oferecem projetos educacionais com a interferência de pedagogos, os quais demonstram a necessidade de reformulação nos Cursos de Pedagogia atuais.

A terceira dissertação é resultado da pesquisa de Costa (2014), motivado pelas modificações que vêm ocorrendo no mundo corporativo, ressalta as oportunidades daí decorrentes para novos profissionais, dentre eles, o pedagogo. Seu estudo enfatiza que a pedagogia proporciona a possibilidade de novos horizontes de trabalho para os profissionais da área para além do universo escolar, proporcionando sua inserção também no espaço das organizações. Ressalta que a pedagogia nas organizações tem se constituído em uma das áreas de trabalho mais interessantes do pedagogo. Propõe, assim, uma análise da prática da atuação do pedagogo nas organizações, identificando quais atividades que são por ele desenvolvidas, suas necessidades referentes a competência e a visão de gestão sobre sua atuação como agente de mudança de comportamentos e hábitos na área organizacional. Partindo do pressuposto de que uma empresa é um espaço educativo, cabe nesse espaço a atuação do pedagogo com estratégias e metodologias para buscar informações, conhecimentos e realizações de objetivos previamente definidos, resultando em melhores aprimoramento, qualificação profissional e pessoal dos funcionários. Utilizando-se de pesquisa exploratória, por meio de aplicação de entrevista semiestruturada, teve como sujeitos cinco pedagogas atuantes em organizações dos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Os resultados obtidos indicam que a atuação dessas profissionais está associada à área de recursos humanos e de gestão de pessoas, recrutamento, seleção e aprimoramento do capital humano das organizações.

A pesquisa de Santos (2014) estuda a atuação do pedagogo em espaços educativos não formais que atuam em organizações não governamentais (ONGs) de Paranaíba. Afirma o autor que em decorrência das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas em nossa sociedade, diversas profissões sofreram modificações e ampliaram seu campo de atuação. Dentre estas, destaca-se a de pedagogo, cujas práticas estenderam-se a outros espaços sociais, como as Organizações Não Governamentais (ONGs). De acordo com o autor, a compreensão de educação ultrapassa a ação educativa nas escolas, acontecendo também em diferentes lugares e em diversas situações. Partindo dessa perspectiva, propõe-se a investigar a atuação do pedagogo em Organizações Não Governamentais, que desenvolvem projetos de educação não formal em horário diferente do escolar. Apresenta este campo de atuação e faz análise de como ocorre essa prática pedagógica nesses espaços, além de traçar um perfil profissional do pedagogo que nelas atuam. A pesquisa desse autor foi realizada em duas ONG do município de Paranaíba – MS, por meio de entrevistas semiestruturadas com 10 sujeitos, sendo 08 pedagogos de ONGs participantes da pesquisa e 02 gestores dessas instituições. Percebe-se, a partir dos dados coletados na investigação, que a educação não formal é um campo que tem se

consolidado e seu conceito pode assumir diferentes nuances, a partir do contexto em que é analisado e do momento histórico em que se situa. O autor constatou uma ampliação no campo de atuação do pedagogo devido as novas exigências de mercado. Segundo os estudos do autor, não há uma definição de perfil profissional específica e clara nessas instituições. Para as entrevistadas as características fundamentais para atuar nesta área são conhecimento teórico, didático e empatia.

Na dissertação de Puchale o estudo trata da presença da pedagogia e do pedagogo em espaço empresarial. Em seu estudo a autora provoca-nos a refletir sobre as possibilidades existentes de o pedagogo reproduzir o discurso do capital e da exploração do trabalho ou, então, de ir além, ou seja, na busca pela humanização dos processos de trabalho e no desenvolvimento de pessoas. De cunho qualitativo, sua pesquisa revela o papel dos pedagogos dentro das empresas, contexto este intitulado também de Educação Corporativa. Para chegar aos resultados almejados, foi realizado um levantamento bibliográfico de teses acadêmicas e artigos científicos sobre os campos do trabalho e educação, e da educação corporativa. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pedagogas, de três empresas com sede em Porto Alegre - Rio Grande do Sul, e suas chefias imediatas. Sua análise teve como base a escolarização dentro do capitalismo. A pesquisa revelou que há um caminho a ser percorrido na construção de referenciais teóricos, no campo da Educação, sobre a atuação dos pedagogos nas empresas, pois, majoritariamente, o referencial teórico disponível advém da Administração, envolvendo gestão de Recursos Humanos em uma ótica liberal. O estudo conclui que há espaço para a atuação de pedagogos no contexto da Educação Corporativa, e que eles possuem uma trajetória de formação na área das Ciências Humanas e, também, que essa formação constitui suas práticas cotidianas. Constata-se, não obstante, que os pedagogos estão em um campo do capital com características consolidadas nas práticas de mercado. O desafio, portanto, deste profissional é humanizar o que é, por tradição, desumano.

Lapadula (2017) aborda em sua dissertação sobre educação não formal a formação e atuação de pedagogos(as) na Região dos Inconfidentes em Ouro Preto, Minas Gerais. Inicia seu trabalho definindo que a pedagogia pode ser entendida como o campo de conhecimento cuja finalidade é o estudo da práxis educacional, podendo se definir como um campo heterogêneo e complexo, com a existência de educação formal, não formal e informal, nos quais pedagogos e pedagogas, como profissionais da educação, intervêm pedagogicamente. Ressalta que, não obstante a escola ter sido o âmbito hegemônico em que pedagogos e pedagogas exercem suas atividades, hoje esse campo de atuação tem se diversificado principalmente a partir dos anos

1970 com a existência dos espaços educacionais não formais, que começam a se estender e ampliar espaços de atuação dos pedagogos e pedagogas, resultando em mudanças na formação destes nos espaços de educação superior. Visa, portanto, a identificação e análise da formação e atuação dos pedagogos e pedagogas que trabalham com educação não formal, com foco em projetos educacionais com crianças e jovens na Região dos Inconfidentes (Minas Gerais). A metodologia utilizada foi abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisas bibliográfica e de campo, por meio de questionários e entrevista semiestruturada. Como resultado, a autora identifica que as pedagogas e pedagogos são responsáveis pela realização de várias atividades, o que acaba por refletir em um fenômeno que permeia o mundo do trabalho, mais especificamente o trabalho docente, pelas características próprias da educação não formal e a indefinição de sua função. A conclusão a que se chega é a de que isso se deve ao fato de a educação não formal ser um campo que se encontra ainda em construção e, portanto, carece de definição das ações de atuação das pedagogas e pedagogos que trabalham nesse ramo de educação.

Em sua dissertação, Pacheco (2019) enfatiza o espaço virtual de discussão sobre a atuação do pedagogo na educação não-formal. Cita as diretrizes curriculares do Ministério da Educação que tratam da oferta e do funcionamento dos cursos de pedagogia, citando que a formação do pedagogo deverá ser voltada para sua atuação tanto na educação formal quanto na não-formal, na mesma proporção. Alerta que nem sempre os currículos destes cursos têm essa estrutura e acabam por priorizar o ensino escolar. Ao analisar o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UFPA, campus Belém, comparado com as diretrizes do MEC, identificou que somente uma disciplina desse curso aborda a atuação do pedagogo em espaços não escolares. Foi então que decidiu pesquisar a criação de um espaço virtual para a reflexão da atuação do pedagogo em espaços da educação não-formal. Tal espaço foi planejado, criado e desenvolvido, tendo em vista a realidade do curso de Pedagogia e a formação que ele tem oferecido aos seus discentes, sobretudo no que tange à preparação para o exercício profissional futuro como pedagogo nas organizações sociais. Assim, ambientado na plataforma Moodle, ele reuniu elementos da educação a distância com as ações presenciais da disciplina, a fim de promover a reflexão sobre os campos de atuação do pedagogo na educação não-formal. Nesse sentido, foi empreendida uma jornada metodológica de abordagem mista, envolvendo: pesquisa bibliográfica e documental; observação participante; coleta de dados com professores que atuam ou já atuaram na disciplina e alunos matriculados; uma sessão de cocriação; e a elaboração de um método autoral, que foi utilizado para validar o produto sob o prisma de

quatro eixos: a) Usabilidade e Navegabilidade; b) Conteúdo, Materiais e Atividades; c) Experiência do usuário; e d) Viabilidade e possibilidade de implementação. O Método de Avaliação e Validação Processual e Participativo (MAVALIPP) consiste na definição de sessões de validação envolvendo todos os participantes do produto educacional que, reunidos, avaliaram os critérios fundamentais do produto. Ao fim, um painel de professores especialistas foi responsável por identificar se o produto atingia os seus objetivos e se tinha potencial para ser implementado à realidade do curso de Pedagogia da UFPA, em Belém. Cada etapa de desenvolvimento do produto trouxe resultados significativos à formação dos alunos atendidos, aos professores, à disciplina, ao curso e à Universidade, de uma forma geral. Dentre as principais repercussões de sua utilização, temos: i) a ressignificação do trabalho do professor da disciplina e o seu envolvimento com a modalidade de educação a distância; ii) a primeira experiência em EaD, por parte da maioria dos alunos atendidos; iii) o levantamento de requisitos e critérios fundamentais que, validados, podem servir de parâmetro para o desenvolvimentos de novos produtos; iv) a elaboração de um método autoral de avaliação e validação de plataformas educacionais digitais; e v) a disponibilidade do produto final para ser utilizado conforme a conveniência do curso de Pedagogia e também como modelo que pode ser replicado em outros cursos da Universidade.

Souza (2019) tem sua pesquisa voltada para a formação do/a pedagogo/a no Distrito Federal, enfatizando o lugar da educação não escolar nos currículos de pedagogia. Vinculado à linha de pesquisa "Profissão Docente, Currículo e Avaliação" do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília, faz uma análise de como a educação não escolar é abordada nos projetos curriculares do curso de Pedagogia de instituições de ensino superior do Distrito Federal. Em análise inicial, aponta que a dimensão não escolar ainda é incipiente na organização curricular dos cursos, tendo em vista as diversas exigências formativas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia. Sua pesquisa ancora-se em três eixos de análise: educação não escolar, formação do/a pedagogo/a e currículo, no período de 2006 a 2016, com base nos dez anos de edição das diretrizes da Pedagogia. Com metodologia qualitativa, é estruturada em pesquisa bibliográfica, em que apresenta o estado do conhecimento a partir de buscas realizadas em plataformas que congregam dissertações, teses, publicações de eventos científicos; e a revisão bibliográfica, com destaque de autores ligados aos eixos teóricos: educação não escolar, formação do/a pedagogo/a e currículo; e pesquisa documental em que inclui projetos pedagógicos do curso de Pedagogia de instituições do Distrito Federal com Conceito Preliminar de Curso igual ou superior a três além dos editais de

concursos públicos para o cargo de pedagogo/a que não esteja ligado a funções docentes na educação básica. Para examinar os documentos, a pesquisadora utiliza o método de análise de conteúdo, a partir do qual foram estabelecidas categorias para avaliar as informações. Após as análises conclui que as instituições de ensino formam o/a pedagogo/a docente, em atenção às diretrizes do curso de Pedagogia e sinalizam para os espaços de atuação profissional além da escola, especialmente ao delinirem disciplinas e estágios supervisionados que contemplam esse campo. Quanto aos concursos públicos espera-se que o/a pedagogo/a desenvolva seu trabalho na área de formação profissional e desenvolvimento das organizações. Portanto, não há total convergência entre a formação inicial e a expectativa do mercado na esfera pública. Ainda, que a formação inicial do/a pedagogo/a, apesar de algumas ressalvas, apresenta elementos que permitem vislumbrar lugares para a educação não escolar nos currículos do curso de Pedagogia do Distrito Federal.

2.2.1.3. Resultados obtidos no ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino).

Quadro 7 - Resultados obtidos no ENDIPE

Nº	Autor(es)	Título	Periódico local	ano
1	CORDEIRO, Karina de Oliveira Santos	Educação, saberes e práticas em espaços escolares e não escolares	XIX Endipe	2018
2	ORZECOWKI, Suzete Terezinha; Zbunovicz, Kauana de Fátima e Gabriel, Letícia Laleska.	Saberes docentes e práticas frente as abordagens socioeducativas e socioculturais para formação do pedagogo em contextos além do escolar formal	XIX Endipe	2018
3	SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; Flávia Santos, Melina Azevedo Vaz e Queiroga, Negla Santos.	Práticas pedagógicas em espaços não escolares: desafios didáticos	XIX Endipe	2018
4	MACHADO, Érico Ribas; Orzechowsk, Suzete Terezinha e Severo, José Leonardo Rolim de Lima.	Perspectivas pedagógicas da atualidade: conexões entre pedagogia, pedagogia social e educação não escolar	XIX Endipe	2018

Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisarmos a pesquisa de Cordeiro (2018), vimos que sua abordagem versa sobre a educação, os saberes e as práticas tanto escolares quanto não escolares. Apresenta o estudo de trajetórias pessoais relatadas nos memoriais formativos dos discentes que participaram do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) do subprojeto de Pedagogia de Educação Infantil

de uma Instituição de Ensino Superior (IFES) da Bahia e como contribuem para a construção da identidade docente desses sujeitos. Essa é uma pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica a partir do método etnográfico - coleta de dados, a observação, a entrevista semiestruturada e o grupo focal. Os sujeitos da pesquisa são os discentes que participaram do PIBID do subprojeto de Pedagogia de Educação Infantil de uma Instituição de Ensino Superior (IFES) da Bahia. Os resultados apontam que, apesar de a escola ser considerada como importante agência de letramento, os resultados revelam que em alguns aspectos as práticas de leitura e escrita são influenciadas também por outros meios sociais distintos da escola.

A pesquisa realizada por Orzechowki e Zbuinovicz estuda os saberes docentes e práticas frente às abordagens socioeducativas e socioculturais para formação do pedagogo em contextos além do contexto escolar formal. Propõe uma articulação de ideias entre a função social da escola e suas demandas socioeducativas e socioculturais em contextos não escolares, por meio de análise qualitativa. Os resultados dessa pesquisa indicam que negar a importância do trabalho pedagógico intencional interpretando outros espaços é desprezar o processo educativo que acontece fora do ambiente formal. Outrossim, mostra-nos que interpretar esse ambiente e intervir nele é função pedagógica que requer intensa dedicação. Ademais, prossegue afirmando que por meio dos conhecimentos da ciência pedagógica é possível sua efetivação, sem, contudo, desviar-se de seu objeto fundamental, ou seja, a educação e a ação pedagógica empreendida com essa finalidade, além de não perder seu objetivo principal: educar o homem.

Severo (2018) em sua pesquisa investiga as práticas pedagógicas em espaços não escolares, com ênfase nos desafios didáticos que perpassam as práticas pedagógicas não escolares. Por meio de estudo de campo com aplicação de questionários estruturados e como sujeitos pedagogas(os) que atuam em espaços não escolares em João Pessoa – PB. Enfatiza em seu trabalho a relevância de conhecer os processos didáticos realizados pelas(os) pedagogas(os) com o intuito de problematizar alternativas que qualifiquem a intervenção pedagógica em diferentes espaços, como na Assistência Social, na Justiça, na Saúde ou na Socioeducação, tendo como finalidade indicar às agências formativas caminhos que possam objetivar a educação não escolar nos currículos do curso de Pedagogia como uma temática necessária nos componentes do campo didático. Isso porque, nas práticas pedagógicas não escolares, para além da instrumentalização do trabalho das(os) pedagogas(os), a didática é um referencial para pensar esses “outros” lugares educativos, suas demandas, desafios e possibilidades.

A dissertação de Machado (2018) analisa as perspectivas pedagógicas da atualidade, com recorte para as conexões entre pedagogia, pedagogia social e educação não escolar. Realiza

uma discussão sobre as diferentes perspectivas pedagógicas na atualidade a partir da reflexão do campo da pedagogia, da pedagogia social articulado com as proposições do campo da educação não escolar, por meio de uma abordagem historiográfica. Sua pesquisa é de cunho qualitativo e análise categorial de conteúdo, tendo como sujeitos pedagogos. O principal resultado apresentado pelo autor é a necessidade de que os potenciais da pedagogia sejam explorados, a fim de que as possibilidades de pesquisa, formação e prática pedagógica no campo não escolar sejam vislumbradas.

Essa investigação teve como objetivo a identificação e mapeamento de produções acadêmicas sobre a atuação do pedagogo em espaços não escolares. As pesquisas do tipo Estado do Conhecimento, de acordo com Ferreira (2002); Romanowski e Ens (2006) e Morosini (2015) propiciam uma ampla visão de produções acadêmicas sobre uma determinada área do conhecimento e contribuem para que pesquisas futuras sejam desenvolvidas sobre essa temática.

As publicações apresentadas nessa pesquisa demonstraram que essa temática tem sido objeto de estudo e quão importante é a atuação do pedagogo em espaços para além das escolas, ou seja, espaços não escolares. Porém, o estudo também revelou que esse tema ainda é pouco explorado, considerando a quantidade de produções ora encontradas. Isso é um indicador da necessidade de que haja maior interesse da comunidade acadêmica sobre o estudo dessa temática, pois trata-se de um importante campo de atuação do pedagogo, que deve ter uma formação plena, unitária, que seja capaz de fazer análises, de compreender e de lidar com mudanças em diferentes espaços em que ocorrem o ato educacional intencional, e que seja capaz de propor uma educação crítica, de base sólida visando uma formação humana omnilateral, independente do espaço em que atua, se escolar ou não escolar.

De maneira geral, tais publicações refletem o crescente interesse da comunidade acadêmica sobre essa temática. Contudo, carece de mais estudos, pois, apesar dessas publicações pode-se considerar que é um tema pouco investigado, haja vista as incipientes publicações nos diferentes meios pesquisados.

SEÇÃO III - O QUE É PEDAGOGIA?

Esta seção se propõe a estudar a pedagogia a partir de três elementos: como campo de ciência, como campo profissional e como curso de formação. O curso de pedagogia desde meados de 1980, afirma Freitas (1999), constitui-se como um curso de graduação plena, licenciatura e bacharelado, com projeto pedagógico próprio[...] e que é, hoje, o único curso de formação de profissionais da educação que tem essa organização[...] (pág. 10). Concordamos com Curado (2021) ao defender a docência como base da formação e da pedagogia plena, única que abrange, ao mesmo tempo, licenciaturas e bacharelado, sem fragmentar em especializações ou percursos formativos, proposta essa defendida pela Anfope (2021).

3.1.A pedagogia como ciência

A pedagogia é a teoria ou ciência da prática educativa. Desenvolveu-se paralelamente a esta prática ao longo da história da civilização ocidental. Firmou-se como o modo de apreender ou de instituir o processo educativo, sendo identificada com o próprio modo intencional de realizar a educação. Estudos de Schmied-Kowarzik (1983) tomam a pedagogia como uma ciência prática. Genovesi (apud Saviani, 2007) acentua que a pedagogia é uma ciência autônoma porque tem uma linguagem e um método próprios, o que lhe possibilita gerar um corpo de conhecimentos, experimentações e técnicas para a construção de modelos educativos. Como ciência, oferece modelos formais sobre a formação do indivíduo, justificados racionalmente e logicamente defensáveis. Essa compreensão da pedagogia como ciência, segundo Saviani (2007; 2008), evoluiu de uma compreensão dialética da relação entre a teoria e a prática: ainda que se constituam em aspectos distintos, salienta-se a sua inseparabilidade. O ato de antecipar mentalmente o que será realizado significa que a prática é determinada pela teoria, sendo que, quanto mais sólida for a teoria que orienta a prática, tanto mais consistente e eficaz será a atividade prática. Pedagogia, nessa perspectiva, pode ser definida como “o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade” (LIBANÊO, 2010, pág. 30). A pedagogia é compreendida também como uma área de conhecimento que investiga a realidade educativa, buscando explicar objetivos e maneiras de intervir de forma metodológica e organizativa em instâncias da atividade educativa referentes ao processo de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação (LIBÂNÊO, 2010).

Outro autor que trata com muita propriedade dos conceitos de pedagogia é Saviani:

Há os que definem a pedagogia como sendo a ciência da educação. Outros negam-lhe caráter científico, considerando-a predominantemente como arte de educar. Para alguns é antes técnica do que arte, enquanto outros a assimilam a filosofia ou a história da educação, não deixando de haver, até mesmo, quem considere como teologia da educação. Outra forma de entender a pedagogia é dada pelo termo 'teoria', definindo-a como teoria da educação. Mas há caráter filosófico que estuda a educação apoiada em ciências auxiliares, e teoria e prática da educação (Saviani, 2021, pág.117).

Concordando com Saviani (2021, pág.1), podemos afirmar também que “[...] a pedagogia desenvolveu-se em íntima relação com a prática educativa, constituindo-se como a teoria ou ciência dessa prática, sendo, em determinados contextos, identificada com o próprio modo intencional de realizar a educação”. Depreende-se, portanto, que há uma convergência entre esses dois autores quanto à definição de pedagogia. Para ambos, há uma visível correspondência da pedagogia com a educação.

Concordamos com Saviani em sua proposta de pedagogia, ao considerar a educação escolar central. Nessa perspectiva, a especificidade da escola é transmitir o saber, pois, dessa maneira, as novas gerações podem se apropriar do conhecimento produzido pela humanidade. Assim, consideramos o trabalho educativo como sendo “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2008, p. 7).

Quanto a outros espaços de educação, faz-se necessário partir das próprias considerações desse autor sobre a educação escolar. Em sua obra *A pedagogia histórico-crítica e a educação escolar* (SAVIANI, 2008) o autor nos ensina que

[...] na sociedade atual, pode-se perceber que já não é possível compreender a educação sem a escola, porque a escola é a forma dominante e principal da educação. Assim, para compreender-se as diferentes modalidades de educação, exige-se a compreensão da escola. Em contrapartida, a escola pode ser compreendida independentemente das demais modalidades de educação (SAVIANI, 2008, p. 102-103).

Esse mesmo autor identifica, em seu livro *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (SAVIANI, 2009, p. 60), a existência de diferentes formas de educar ao afirmar que

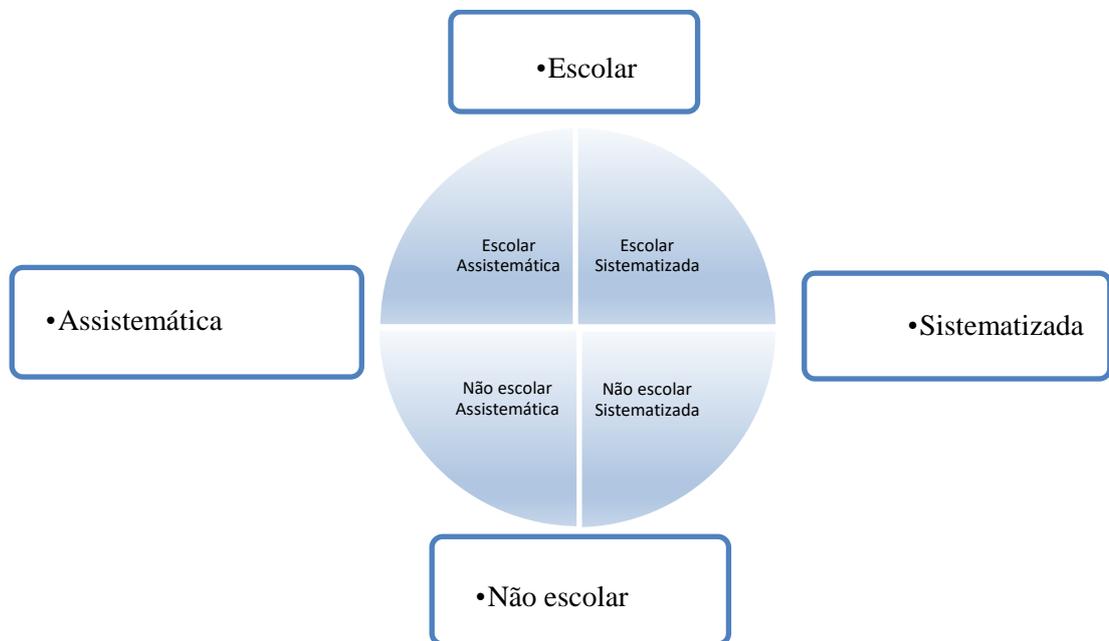
[...] as pessoas comunicam-se tendo em vista objetivos que não o de educar e, no entanto, educam e educam-se. Trata-se, aí, da educação assistemática [...]; ocorre uma atividade educacional, mas ao nível da consciência irrefletida, portanto, não intencional, ou seja, concomitantemente a uma outra atividade, esta sim desenvolvida de modo intencional. Quando educar passa a ser objeto explícito da atenção, desenvolvendo-se uma ação educativa intencional, então se tem a educação sistematizada. (SAVIANI, 2009, p. 60).

Saviani também evidencia que atualmente as demais modalidades de educação são subordinadas à educação escolar:

A educação escolar é simplesmente a educação; já as outras modalidades são sempre definidas pela via negativa. Referimo-nos a elas através de denominações como educação não escolar, não-formal, informal, extra-escolar. Portanto, a referência de análise, isto é, o parâmetro para se considerarem as outras modalidades de educação, é a própria educação escolar. (SAVIANI, 2008, p. 98),

Saviani, portanto, ressalta aqui a importância da educação escolar, mas também reconhece que existem outras formas de educação. Esse autor também utiliza dois outros termos para a educação: educação sistematizada e educação assistemática. De acordo com seus textos, pode-se inferir que as formas de educação podem ser definidas, conforme seu grau de sistematicidade, em assistemáticas e sistematizadas; e também em escolares e não escolares, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1- Modalidades de educação, de acordo com Saviani



Fonte: elaborado pelo autor

Como mostrado na figura 1, podemos identificar quatro modalidades de educação distintas em cada quadrante, em sentido horário: no primeiro quadrante tem-se a educação escolar sistematizada; no segundo, a educação não escolar sistematizada; no terceiro, a educação não escolar assistemática; e no quarto, a educação escolar assistemática. A educação escolar sistematizada pode ser definida como aquela institucionalizada, formalizada, de caráter oficial, também identificada na literatura como educação formal. Esta convive diretamente com a educação escolar assistemática, por vezes também denominada de currículo oculto, pois são as aprendizagens que ocorrem por vezes sem que haja a participação do trabalho educativo

intencional do professor. A educação não escolar assistemática, por sua vez, ocorre de forma não planejada, porém fora do ambiente escolar. Por fim, a educação não escolar sistematizada refere-se àquela que se realiza nos diferentes espaços institucionais, porém organizados da mesma forma que é praticada na educação escolar.

Vale ressaltar que Saviani, em sua obra, dedica-se principalmente ao estudo da educação escolar sistematizada (no primeiro quadrante da figura 1), não tendo, portanto, realizado estudo exclusivo sobre educação não escolar.

De fato, é possível inferir, a partir dessas definições, que existem diferentes modalidades de práticas educativas, dentre as quais distinguem-se a educação informal, não-formal e formal.

O próprio Libâneo assim as define:

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. A educação não-formal seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação. A educação formal compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática. (LIBÂNEO, 2010, p. 31).

Para esse autor, a educação possui duas modalidades distintas: intencional e não-intencional. A primeira subdivide-se em formal e não-formal. Educação formal seria aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Já a educação não-formal, que também tem caráter intencional, possui baixo grau de estruturação e sistematização, implica relações pedagógicas, porém não formalizadas. Educação não-intencional é definida pelo autor como informal ou educação paralela, pois não possui planejamento, não é sistematizada. Ocorre de modo difuso.

Para Gohn (2010), a educação não-formal é muito diferente da educação informal. Caracteriza a educação formal como a que é desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; educação não-formal é a que se aprende

“no mundo da vida”, por meio dos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos; e educação informal é aquela na qual o aprendizado ocorre durante o processo de socialização (GOHN, 2010, p. 16).

Destaca a autora (GOHN, 2010) que “o aprendizado gerado e compartilhado na educação não-formal não é espontâneo porque os processos que o produzem têm intencionalidades e propostas”. Há, portanto, na educação não-formal, uma intencionalidade na

ação de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Nesse estudo, optamos pelo conceito de educação não-formal adotado por Gohn, por estar mais próximo da atuação do pedagogo que atua nas instituições públicas analisadas neste trabalho.

3.2. O curso de Pedagogia no Brasil

O curso de Pedagogia no Brasil teve sua primeira regulamentação em 1939, com a previsão de formação de bacharel em Pedagogia. A lei n.º 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB) regulamenta as licenciaturas. Foi somente a partir do Parecer do Conselho Federal de Educação - CFE 252/69 que o curso de Pedagogia é reconhecido como licenciatura.

O Brasil entrou na década de 1930 marcado por intensas mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes da crise internacional da economia. O mercado de trabalho tornou-se mais exigente, impondo maior escolarização como condição de acesso, levando a população trabalhadora a se organizar e reivindicar mais escolas. O governo começou a tomar iniciativas para responder a essas reivindicações. Paralelamente, um grupo de intelectuais educadores sob a inspiração de novos ideais de educação lançou um movimento de renovação educacional e em 1932 publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dentre outros assuntos, o Manifesto incorporou as reivindicações populares por mais escolas e defendeu a universalização do ensino. Sobre isso, consta do Manifesto: Desprendendo-se dos interesses de classe, a quem ela tem servido, a educação [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume [...] a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. (AZEVEDO, 1932).

Para esse grupo de intelectuais o emergente processo de industrialização necessitava de políticas educacionais que modernizassem a educação. Ainda, defendiam uma nova pedagogia que fosse eficaz na formação de cidadãos adequados a esse processo. Importava muito para esses intelectuais a organização racional do trabalho ao ponto de valorizarem métodos de uma pedagogia que viabilizasse, no meio escolar, a realização das máximas organizadoras exigidas pelo trabalho industrial.

Para viabilizar a ampliação do número de escolas e a universalização do ensino, de acordo com o Manifesto, far-se-ia necessário passar pela formação e profissionalização dos professores e de técnicos em educação. Por isso, os Pioneiros participavam dos movimentos sociais de educadores que lutavam pela criação da universidade no Brasil. Onde se tem de procurar a causa principal desse estado de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins da educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas da educação. Ou, ainda, na falta de espírito filosófico e científico na resolução dos problemas escolares. Esse empirismo grosseiro, que tem presidido ao estudo dos problemas pedagógicos, postos e discutidos numa atmosfera de horizontes estreitos, tem as suas origens na ausência total de uma cultura universitária [...] (AZEVEDO, 1932).

Como resultado dessas reivindicações foram criadas a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935. Foi a partir da fundação dessas universidades que se organizaram e se implantaram as licenciaturas e o curso de pedagogia, que foram estendidos para todo o país pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939. Este Decreto-Lei organizou a Faculdade Nacional de Filosofia, que tinha por finalidades, dentre outras, a de preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal, além de preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades técnicas. Eram ministrados na Faculdade Nacional de Filosofia os seguintes cursos de licenciatura: filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas e o curso de pedagogia. O Decreto-Lei nº 1.190 criou o paradigma que foi adotado no país inteiro, que ficou famoso como o modelo “esquema 3+1”, adotado nos cursos de licenciaturas e no curso de pedagogia. O esquema consistia em três anos de estudo dos conteúdos cognitivos ou das disciplinas específicas, o curso de bacharelado, e um ano de conteúdos didáticos, o curso de didática.

No Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939 constava que o curso de pedagogia fora criado com o objetivo de “preenchimento dos cargos técnicos de educação do Ministério da Educação” (Art. 51, c). Caracterizava-se como um curso de bacharelado (Art. 48, 11), com duração de três anos. Contudo, ele era organizado dentro do modelo 3+1, que facultava: “ao bacharel, [...], que concluir regularmente o curso de didática referido no art. 20 desta lei será conferido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formam o seu curso de bacharelado” (Art. 49). A organização do bacharelado em pedagogia está descrita no Capítulo III do Decreto-Lei nº 1.190, Art. 19: O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte

seriação de disciplinas: Primeira série: 1. Complementos de matemática. 2. História da filosofia. 3. Sociologia. 4. Fundamentos biológicos da educação. 5. Psicologia educacional. 6. Comunicações-Piracicaba-Ano 20 - n.1 - p.81-97 - jan.-jun. 2013 - ISSN Impresso 0104 - Segunda série: 1. Estatística educacional. 2. História da educação. 3. Fundamentos sociológicos da educação. 4. Psicologia educacional. 5. Administração escolar. Terceira série: 1. História da educação. 2. Psicologia educacional. 3. Administração escolar. 4. Educação comparada. 5. Filosofia da educação.

Quanto ao curso de didática, assim era sua organização: Art. 20: O curso de didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas: 1. Didática geral. 2. Didática especial. 3. Psicologia educacional. 4. Administração escolar. 5. Fundamentos biológicos da educação. 6. Fundamentos sociológicos da educação. Com esse segundo certificado o pedagogo estava habilitado a preencher qualquer cargo ou função do magistério normal das disciplinas de pedagogia, em estabelecimento administrado pelos poderes públicos ou entidades particulares, ou o preenchimento dos cargos ou funções de assistentes de qualquer cadeira, em estabelecimentos destinados ao ensino superior da pedagogia (Art. 51, a e b). O curso de bacharelado em pedagogia e o curso de didática possuíam quatro disciplinas comuns: psicologia educacional, administração escolar, fundamentos biológicos da educação e fundamentos sociológicos da educação. De acordo com o Art. 58: “os bacharéis em pedagogia, que se matricularem no curso de didática não serão obrigados à frequência nem aos exames das disciplinas que tenham cursado em pedagogia”. Portanto, restavam somente duas disciplinas a serem cursadas, quais sejam: didática geral e didática especial. A criação do curso de pedagogia, nos termos do Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939, evidencia que os legisladores distinguiam o trabalho do “técnico do Ministério da Educação” do trabalho do docente, sendo que, este último, estava reservado apenas à formação complementar para a docência. Assim, o objetivo principal do curso de pedagogia era a formação de um profissional apto para a atuação na administração pública da educação, evidenciado no Art. 51: “A partir de 1º de janeiro de 1943 será exigido: [...] c) para o preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação, o diploma de bacharel em pedagogia”.

Em 1946, com o processo de redemocratização do país, foi promulgada uma nova Constituição (BRASIL, 1946). Seu Art. 5º, inciso XV, alínea d), ficou estabelecida a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação. Em 1948 um anteprojeto para estas diretrizes foi enviado à Câmara Federal, que suscitou diversos debates entre posições ideológicas antagônicas. Como consequência, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação só foi fixada em 1961. A homologação da Lei nº 4.024/61 não modificou a estrutura do curso de pedagogia, pois ainda manteve o esquema 3+1 por mais de duas décadas. Tendo por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei nº 4.024, foram emanados os pareceres do Conselho Federal de Educação de nº 251/62, que mantém o curso de bacharelado em Pedagogia, e o de nº 292/62, que regulamenta as licenciaturas. (SILVA, 1999, p. 14). Dessarte, o Parecer CFE nº 251/62 fixou o currículo mínimo do curso de bacharelado em pedagogia, composto por sete disciplinas indicadas pelo CFE e mais duas de escolha da instituição. Para o curso de licenciatura foi baixado o Parecer CFE nº 292/62, legislando sobre a formação pedagógica que seria composta por três disciplinas indicadas pelo CFE. Mantinha-se, portanto, a dualidade bacharelado versus licenciatura na formação em pedagogia. Nesta perspectiva, entra com fortes elementos a formação para as habilitações.

Os anos de 1980 foram fundamentais para a busca da identidade do curso de pedagogia. Nesse período, foram formadas várias entidades que tinham como objetivo determinar o estatuto epistemológico do curso de pedagogia, em especial a CONARCFE (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores – 1983) que deu origem, em 1990, à ANFOPE (Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação). Esta Associação promoveu estudos e discussões que se operacionalizaram em pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre as diretrizes do curso de pedagogia, instituídas em 2006. A CONARCFE promoveu encontros nacionais, estudos e debates em meio aos quais emergiram questões como: quem é o pedagogo? Qual a sua área de atuação? Quais as suas atribuições?

Surgem, nesse momento, duas grandes vertentes de entendimento da Pedagogia: a formação do pesquisador e especialista em educação e a defesa da Anfope de formação tendo como identidade a docência.

A partir daí, nos últimos anos, aconteceram constantes debates em congressos educacionais, em especial os promovidos pela ANFOPE, ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação) e ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), oportunidades em que foram discutidas a especificidade do curso de pedagogia e, também, a área de atuação do pedagogo. Esse debate decorreu do tempo levado para a definição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia. Foi a partir da divulgação dos Pareceres CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005, e CNE/CP nº 3, de 21 de fevereiro de 2006, e com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que ficou definido o papel do pedagogo como um profissional que tem a docência como base de sua formação,

estando apto para atuar tanto na educação básica como na gestão dos processos e também em espaço não escolar.

A Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. De acordo com essa Resolução “a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não escolares” (BRASIL, 2006, pág.2). Assim, o curso possui em sua estrutura três núcleos distintos: núcleo de estudos básicos; núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e, por último, núcleo de estudos integradores. Vale ressaltar que o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos deve oportunizar “investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais, escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras” (Brasil, 2006, pág.4). Abrangem também “[...] trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (Brasil, 2006, p.2).

Franco (2001) destaca, sobre a formação e capacidades do pedagogo, que neste momento histórico da Pedagogia antigos paradigmas sobre o perfil de formação e atuação do pedagogo começam a ser quebrados, o que faz surgir um novo pedagogo com uma nova visão. Como a Pedagogia trata da educação e o campo educativo é muito vasto, pois a educação ocorre em muitos lugares e sobre diversas modalidades, há também uma diversidade de pedagogias e não apenas a pedagogia escolar. Atualmente, o curso de Pedagogia em âmbito nacional passa por um momento de reformulação e elaboração de suas Diretrizes Curriculares a partir da publicação da Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006. Essas reformulações consideram também que a prática e atuação do pedagogo não acontece somente em espaços escolares, transcende-os.

3.3. O espaço não escolar como campo profissional do pedagogo.

Libâneo (2010) afirma que há duas décadas, nas várias organizações científicas e profissionais de educadores, tem se debatido em todo o país, questões relativas ao campo de estudo da Pedagogia, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos, da estrutura do conhecimento pedagógico. Complementa o autor:

Todos os educadores seriamente interessados nas ciências da educação, entre elas a Pedagogia, precisam concentrar esforços em propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo para enfrentamento dos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo (LIBÂNEO, 2010, p. 66).

Destaca-se que, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, aprovado em dezembro de 2006, na descrição da Finalidade do Curso de Pedagogia, a educação do pedagogo deve propiciar estudos de campos do conhecimento, tais como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, para orientar a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, além de orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares e, também, da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimento de ensino.

Em se tratando da atuação do pedagogo em espaços não escolares, o referido documento ressalta que o perfil do graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso, conforme enfatizado a seguir:

[...] gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação (Parecer CNE/CP nº 5/2005, pg.8).

Nesse contexto, o perfil traçado para o egresso do curso de Pedagogia apresentado neste documento descreve que este profissional deverá ser capaz de

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras; desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares; realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas (Parecer CNE/CP nº 5/2005, pg.8).

Portanto, formar o pedagogo para essa finalidade passa, então, a ser uma ação necessária. O destaque neste trabalho é voltado para a formação generalista do pedagogo com

ênfase em gestão da educação e da aprendizagem no seu objeto de estudo – o processo educativo direcionado à educação não escolar, à educação profissional em sistemas não escolares.

Segundo o filósofo húngaro István Mészáros, o capital é “estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar.” (2002, p.96). Portanto, graças a esta estrutura totalizadora, vemos o capitalismo afirmando sua supremacia perante a produção de conhecimentos, por exemplo, e, para a perfeita manutenção do capitalismo, há a estreita participação da educação “ajustando” os indivíduos para o trabalho. Neste contexto, o Pedagogo, a princípio, aparece apenas como reforçador da hegemonia do capital, mas, com uma formação ampliada na área das ciências humanas, pode exercer uma grande força contrária a este caráter opressor capitalista.

Como a Pedagogia trata da educação e o campo educativo é muito vasto, pois a educação ocorre em muitos lugares e sobre variadas modalidades, há também uma diversidade de pedagogias e não apenas a pedagogia escolar. Portanto, podemos entender que a prática e atuação do pedagogo não se fazem única e exclusivamente apenas em espaços escolares. A atuação do pedagogo em ambientes não escolares é fato e agora embasado em lei. Desta forma, foi reconhecida a atribuição a este profissional que deverá agir dentro de suas habilidades pedagógicas no âmbito da capacitação de empresas, metodologias de disseminação de informações de ONGs, empresas e escolas de governo.

Enfim, pretendemos que todos os esforços empreendidos venham a se constituir, neste momento histórico de transição da Pedagogia, contribuindo expressivamente com os processos de construção social e educacional e, também, colaborando para estabelecer uma integração maior da pedagogia visando a uma sociedade humana e de natureza realmente transformadora.

SEÇÃO IV: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR

De forma conceitual, entrevista tem sido considerada como “um encontro entre 2 pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKÁTOS, 1993, .p 195-196), que proporciona ao entrevistador, de forma verbal, a informação necessária. Quando da entrevista, o pesquisador tem a intenção de ultrapassar a simple busca de informações. Pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se sinta à vontade para abrir-se. Seu desejo é de transmitir ao entrevistado credibilidade e, assim, fazer com que o interlocutor colabore com a apresentação de dados que sejam de relevância para sua pesquisa.

A entrevista é um encontro que ocorre a partir da provocação de uma das partes, o pesquisador. De acordo com Szymanski (2004), é este quem “elege a questão de estudo como algo de importância, na maior parte das vezes escolhe quem entrevistar e dirige a situação de entrevista”. Por sua vez, “o entrevistado, ao aceitar o convite para participar da pesquisa, está aceitando os interesses de quem está fazendo a pesquisa, ao mesmo tempo que descobre ser dono de um conhecimento importante para o outro” (SZYMANSKI, 2004, p. 13).

Notamos, então, que o entrevistador passa a ter expectativas em relação ao interlocutor, e almeja que este esteja disposto a lhe fornecer as informações pretendidas e que, também, compreenderá a linguagem utilizada e o que será solicitado na entrevista. Do outro lado, o entrevistado interpretará a situação de diversas maneiras, como um momento oportuno que lhe permitirá falar e, por conseguinte, ser ouvido. Para essa pesquisa, foram entrevistados dois pedagogos e uma pedagoga que trabalham em espaços não escolares: um pedagogo que trabalha em órgão público pertencente ao Poder Legislativo – Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, um que trabalha no Poder Judiciário – Ministério Público da União – MPU e uma pedagoga que trabalha no Poder Executivo – Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Importante ressaltar que essa pesquisa foi realizada em plena pandemia, o que dificultou o acesso aos pedagogos que atuam nos demais órgãos pesquisados nesse trabalho e, também, por serem estas as únicas instituições públicas em que ainda não haviam sido realizadas entrevistas com os pedagogos.

Assim, podemos afirmar que as entrevistas realizadas nessa pesquisa têm como premissa a busca de respostas para nossos questionamentos inicialmente citados, a fim de alcançar nossos objetivos aqui apresentados. Realizamos entrevistas nos campos que as

pesquisas apontam ainda não terem sido efetivados estudos, além disso houve o processo da pandemia covid-19 o que limitou e dificultou as entrevistas. Seguimos os procedimentos éticos de pesquisa, com o consentimento dos entrevistados para uso dos dados coletados para essa pesquisa.

Para tanto, os dados encontrados nas entrevistas foram organizados e classificados em três categorias principais:

- Ingresso na carreira;
- Trajetórias para o espaço não escolar e
- Trabalho pedagógico no espaço não escolar.

Portanto, para melhor compreensão, faremos a análise de cada uma dessas categorias em tópicos distintos.

4.1. Ingresso na carreira: quem são esses pedagogos

Essa categoria inicial aborda elementos que identificam quem são os pedagogos que atuam nesses espaços não escolares. De acordo com as respostas dos entrevistados, todos ingressaram por meio de concurso público, específico para o cargo de pedagogo. Para preservarmos as identidades dos entrevistados, utilizaremos a seguinte codificação, conforme o órgão público em que trabalham:

- Pedagogo1: CLDF;
- Pedagogo2: MPU e
- Pedagogo3: ABIN.

Na CLDF, a nomenclatura do cargo é de consultor técnico legislativo e é *específico para pedagogo*. O pedagogo é lotado na Escola do Legislativo e faz funções de pedagogo institucional (Pedagogo1, entrevista 2022). O pedagogo1, que trabalha nesse local, é graduado em pedagogia, tem especialização em Educação continuada a distância e fez o curso de mestrado em Engenharia de Multimídias para Educação - engenheiro educativo – pela Universidade de Pottier, na França, além de Educação e Tecnologias, que é mestrado em Educação, pela Faculdade de Educação da UnB.

O pedagogo 2 atua na Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU. O cargo é descrito como analista em gestão educacional, *em 2015 eu entrei na escola do MPU, no cargo de analista em gestão educacional, que era restrito a formados em pedagogia. Ainda estou indo lá como analista em educação* (Pedagogo2, entrevista 2022). Portanto, também é graduado em pedagogia, possui em sua formação mestrado em ciências da educação, realizado

na Universidade do Porto, em Portugal, duas pós-graduações lato sensu: uma em Tecnologias Educacionais e outra em Gestão Pública. Além dessas, está concluindo uma pós-graduação em Ciências Sociais.

Quanto à pedagoga (pedagogo3) que trabalha na ABIN, o cargo é de pedagogo e sua atuação dá-se na Escola de Inteligência da Agência. Graduada em pedagogia, possui curso de MBA em Gestão de Pessoas, pós-graduação lato sensu em Inovação e Tecnologias na Educação e cursos de atualização na área de educação.

Analisando os dados das entrevistas referentes ao ingresso na carreira, como características comuns dessa categoria temos que todos possuem uma única formação inicial em pedagogia e possuem pós-graduação lato sensu relacionadas a tecnologia da educação. Notamos também que os pedagogos da CLDF e do MPU possuem pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado. Identificamos, ainda, que o pedagogo do MPU e a pedagoga da ABIN possuem pós-graduação lato sensu com especialização em gestão pública e gestão de pessoas, respectivamente.

Destaca-se no quesito de quem são os pedagogos a questão de gênero, pois embora seja uma categoria predominantemente feminina, inclusive no espaço não escolar, conforme dados de Ceroni (2006), nas ONGs e empresas 83,33,66% são pedagogas. Com relação ao sexo masculino, há apenas 16,66 % no campo de atuação não escolar. Tem-se, portanto, uma clara predominância feminina na formação de pedagogo, mas este percentual não predomina no público pesquisado neste estudo. São dois homens e uma mulher. Outro elemento presente é que são jovens pedagogos(as) com idade em torno de 30-40 anos e que estão consolidados em sua carreira.

Da pesquisa aplicada e estudada, identificamos no perfil do pedagogo para atuação em espaço não escolar: flexibilidade em suas ações: *desempenho atividades relacionadas ao planejamento, execução e avaliação dos eventos de capacitação* (Pedagogo3, entrevista 2022), competência e habilidade na busca de envolvimento com o trabalho: *uma das funções do pedagogo é justamente dar consultoria educacional, que é justamente saber se determinada solução educativa é mais aderente ao que a unidade precisa* (Pedagogo1, entrevista 2022), ter preparo para administrar conflitos, zelar pelo bom relacionamento interpessoal, gostar de trabalhar com pessoas: *ser pedagogo é justamente eu poder auxiliar que outras pessoas tenham situações de aprendizagem mais excelentes* (Pedagogo1, entrevista 2022) e *Gosto de interagir com pessoas e compartilhar conhecimento* (Pedagogo3, entrevista 2022), comunicação eficaz, conhecimento de princípios de educação popular, ter competência e habilidade para planejar os

elementos relacionados a formação docente, desde de didática ao planejamento e execução de um evento de capacitação (Pedagogo3, entrevista 2022), *organizar: meu trabalho é basicamente eu estar em contato com outras pessoas, planejando os cursos* (Pedagogo2, entrevista 2022) , liderar, monitorar, empreender e saber desenvolver o trabalho pedagógico.

4.2. Trajetória para o espaço não escolar: trajetórias diferentes, escolhas específicas

Escolhemos essa segunda categoria na centralidade do termo trajetória, pois esta mostra como um indivíduo se constrói ao longo de sua vida profissional. Em constante desenvolvimento, tanto na busca por formação continuada quanto na perspectiva de se realizar no trabalho e/ou mesmo por quanto tempo leva para alcançar uma nova posição em sua área de atuação. Dessa forma, construirá uma trajetória que poderá ser estável e transformadora em qualquer etapa da vida, dependendo das condicionalidades do trabalho e objetivos do sujeito. Quando falamos sobre isso, conectamos diversas áreas como preferências pessoais e necessidades. O caminho percorrido pelos entrevistados tem diferentes nuances, antes de suas aprovações em certames específicos para o ingresso em seus cargos atuais. Abordaremos, neste tópico, como se deu essa trajetória e quais suas particularidades, de acordo com suas respostas, quando das entrevistas.

Um dos pedagogos narra que sua trajetória profissional teve início na Universidade Aberta do Brasil - UAB, oportunidade em que cursou mestrado e uma especialização. Fez um segundo mestrado e nessa época já trabalhava, conforme nos relatou: *Comecei a trabalhar na Universidade Aberta do Brasil, fazendo o serviço de educação com educação a distância. Eu fazia material didático e aí trabalhei lá um tempo* (Pedagogo1, entrevista 2022).

Outro pedagogo iniciou sua trajetória profissional na CAPES e, após formado, foi para o FNDE, uma autarquia que também tem vínculo com o MEC, já no cargo de ensino superior. em 2015 ingressou na Escola Superior do MPU no cargo de Analista em gestão educacional, para formação específica em pedagogia. *Hoje o cargo mudou de nomenclatura, agora se chama analista em gestão pública, mas no meu ingresso era um cargo específico da Pedagogia* (Pedagogo2, entrevista 2022) esclarece o entrevistado. Passa a ser um cargo para qualquer curso superior nas suas atribuições e tem um misto aí de gestão educacional e administração. Escolheu a área de pedagogia porque *era uma área em que era bem crescente o número de concursos e tem uma boa empregabilidade, pelo visto com vários concursos* (Pedagogo2, entrevista 2022), afirma.

O pedagogo3 nos informou que sua atuação como pedagoga teve início em sala de aula com ensino infantil e ensino fundamental. Após, relata-nos que *atuei por 4 anos no RH de empresa de Tecnologia, 3 anos no administrativo de cursos de pós-graduação para Profissionais de Segurança Pública do Brasil, 8 anos no administrativo de escola judiciária e 3 anos em escola de governo do executivo* (pedagogo3, entrevista 2022).

Ao analisarmos as trajetórias desses pedagogos, identificamos que o pedagogo3 e o pedagogo1 têm suas atividades pedagógicas iniciadas em espaços escolares, sendo que o pedagogo3 atuou nos segmentos de educação infantil e fundamental, enquanto que o pedagogo1 na UAB. Já o pedagogo3 iniciou sua trajetória em espaço não escolar.

Chama-nos a atenção a perspectiva de que dentre esses pedagogos, dos 3 entrevistados, dois passaram pelo espaço escolar. Um que foi diretamente, mostrando que a escola também é um espaço formativo-base para a atuação em outros lugares.

Vimos também, a partir das entrevistas, que a escolha pelo curso de pedagogia tem elementos diversos. Destaca-se nas entrevistas a questão da possibilidade de acesso à universidade pública; a questão da afinidade com a própria área do conhecimento, conforme relatou o pedagogo2: *you se colocar como aluno, a todo momento, como quando you era aluno, se resgata ali sua trajetória, para depois se encontrar como professor* (pedagogo2, entrevista 2022).

Quanto ao trabalho atual, o pedagogo2 acrescentou também que *para mim é mais vantajoso que trabalhar em uma área de recurso humanos* (pedagogo2, entrevista 2022). Essa característica é ressaltada, ainda, na fala do pedagogo1; *várias atividades que hoje são corriqueiras, o fundamento delas vem de disciplinas e de experiências dentro da minha graduação* (Pedagogo1, entrevista 2022) e a necessidade efetiva de espaço de trabalho que o curso proporciona, conforme dito pelo pedagogo1: *é uma categoria profissional com pouco reconhecimento*, argumento esse endossado pelo pedagogo2 em sua fala: *o serviço público é um dos únicos locais que you vai ter uma certa equidade de formações, que é importante ter essa visão que existem outros locais para o pedagogo trabalhar que às vezes a gente nem fica sabendo* (Pedagogo1, entrevista 2022).

Das entrevistas apresentadas destacam-se três elementos: i) a estabilidade e segurança de ser servidor público, ii) o trabalho com o processo formativo do denominado recursos humanos e iii) a desvalorização social do profissional pedagogo. Percebe-se, assim, que as trajetórias estão relacionadas às suas necessidades de trabalho e de realização. Segundo Inkson et al. (2012), em um dado momento de vida, cada sujeito tem algumas alternativas de carreira,

representando possíveis trajetórias a serem assumidas. No entanto, tais possibilidades podem ser limitadas, parcial ou totalmente, dependendo da posição social em que o sujeito se encontra. Dessarte, torna-se importante analisar porque um sujeito deixou de escolher algumas trajetórias entre as que eram possíveis, identificando os limites que se impuseram interna e externamente durante suas escolhas profissionais.

Além disso, a compreensão de carreira não está relacionada apenas com os sujeitos, elas representam organizações e profissões, bem como as relações das mesmas com as trajetórias profissionais. Dessa forma, cada novo ciclo de transformações tecnológicas e de ocupações/profissões que surgem modificam-se e deixam de existir, trazem significativos reflexos sobre as carreiras individuais. As trajetórias dos pedagogos no espaço não escolar representam a relação entre a identidade com o projeto pedagógico de formar sujeitos e condições de valorização e trabalho.

4.3. Trabalho pedagógico no espaço não escolar

Analisamos, nesta categoria, que a premissa dessas entrevistas é de que o trabalho pedagógico é o que orienta a atividade no espaço não escolar. Entende-se por trabalho pedagógico, concordando com Saviani (2004), como o “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, pois “[...] o indivíduo da espécie humana não nasce homem; ele se torna homem, se forma homem [...] precisa ser educado.” (SAVIANI apud MARTINS, 2004, p. 46).

Ao assumir a definição do trabalho pedagógico, como trabalho educativo, parte-se do pressuposto de que o trabalho do(a) pedagogo(a) é trabalho pedagógico, uma produção que implica a relação com outros sujeitos. Assim exposto, conserva o caráter ontológico e também o sentido de pedagógico, pois este se potencializa quando está em conexão com um projeto pedagógico, ou seja, quando compõe um projeto efetivo pelo qual o sujeito age em relação ao mundo, transformando-o e transformando-se.

Os trabalhos do estado do conhecimento (capítulo II), os estudos dos editais (capítulo I) e as entrevistas nos permitiram caracterizar que o trabalho do pedagogo não escolar está envolvido como práticas educativas intencionais, já que toda atividade pedagógica constitui uma prática educativa de forma abrangente e formativa, podendo acontecer em qualquer espaço e não somente nos espaços escolares, desde que ocorra de maneira intencional.

A partir desses pressupostos, podemos afirmar que a ação do pedagogo, por meio do trabalho pedagógico, enfatizando que deve ser sempre de forma intencional, permitirá que o professor realize o trabalho educativo também nesses espaços de educação não escolar, conforme relatos nas entrevistas realizadas para essa pesquisa.

Iniciando pelos relatos de um dos pedagogos entrevistados (pedagogo1), cujo cargo é intitulado de consultor técnico legislativo, este possui jornada de trabalho de 30 horas semanais. Quanto aos saberes necessários ao seu trabalho, abrangem a legislação que rege toda a parte de formação no serviço público, principalmente para servidores públicos, além de saber e conhecer também a missão organizacional, qual o intuito da organização, e com isso também acaba entrando nas competências das unidades, pois uma das funções do pedagogo nessa instituição é justamente dar essa consultoria educacional, que é *saber se determinada solução educativa é mais aderente ao que a unidade precisa* (pedagogo1, entrevista 2022). Exige, ainda, competência em avaliação, sobre o processo avaliativo, como se dá, reconhecer, conhecer os gaps, as necessidades da instituição na hora de atuar como pedagogo. Este é o cerne principal.

Sua rotina de trabalho tem como função básica atividades de consultoria, ou seja, não são voltados para a questão da execução. Essa consultoria se dá pela avaliação. Faz a instrução de processos que tenham algo que servidores ou unidades demandem uma formação. Faz também nota técnica informando se existe compatibilidade entre o curso e a demanda. Existem programas em que atua na execução e, principalmente, no planejamento. Além disso, o pedagogo também vai atuar em áreas mais administrativas, como a de licitação. O seu trabalho principal seria isto: manifestar-se dentro de processos, solicitar algum curso e atuar em programas da própria Câmara Legislativa ou em consórcio com outras entidades públicas. As dificuldades encontradas no desenvolvimento do seu trabalho têm relação com a formação inicial: é orientador educacional e não teve uma formação que inserisse na grade como é que era a atuação do pedagogo: compreender a melhor forma de atuar e criar uma situação educativa dentro de uma organização pública. Relata que *isso não teve na graduação. Isso faz muita falta* (pedagogo1, entrevista 2022).

A pedagogia lhe ajudou no local que trabalha hoje proporcionando todos os suportes, desde analisar uma situação educativa, de pensar objetos de aprendizagem, o que pode ser feito ou não, de pensar a questão da avaliação, de tentar e propor, que ainda não têm, um projeto político pedagógico, descrevendo qual a intencionalidade de formação que a Câmara Legislativa quer para seus servidores. Várias atividades que hoje lhe são corriqueiras, o fundamento destas vem de disciplinas e de experiências dentro da graduação. Quanto aos cursos

complementares, fez alguns cursos, mas mais ligado a instrução processual. Em relação ao trabalho em si, a grande parte da formação é em relação aos conteúdos que são demandados pelos alunos. Agora, em relação à formação depois da graduação, o que fez tanto na especialização, no mestrado, em experiências anteriores: trabalhou na Universidade Aberta do Brasil, na Universidade de Brasília.

Alerta que *a categoria profissional tem pouco reconhecimento ou não é valorizada* (pedagogo1, entrevista 2022). Conquanto, o serviço público é um dos únicos locais que tem uma certa equidade de formações. Para ele, *ser pedagogo é justamente poder auxiliar que outras pessoas tenham situações de aprendizagem mais excelentes* (pedagogo1, entrevista 2022), destaca. Sua função como pedagogo é buscar potencializar a organização em modificar a situação social. O trabalho pedagógico nas organizações depende muito da estrutura organizacional. Sendo assim, a pedagogia não consegue caminhar sozinha. Ela vai precisar de outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a gestão de pessoas. De acordo com sua fala [...] *eu diria que hoje o pedagogo é bem uma atuação bem tradicional, talvez bem diferente do que eu estudei* (pedagogo1, entrevista 2022).

Em relação ao seu trabalho aprofundado, se ele pudesse analisar, seria mais a questão do planejamento pedagógico, da Escola do Legislativo, em que está lotado. Relata que, em relação aos espaços de atuação do pedagogo em espaços não-escolares *é importante ter essa visão que existem outros locais para o pedagogo trabalhar que às vezes a gente nem fica sabendo* (pedagogo1, entrevista 2022).

Quanto à remuneração, afirma que *parece ser sempre bem mais elevada e isso potencializa que se tenha uma vida mais humana* (pedagogo1, entrevista 2022) e que *não precisa trabalhar em três, quatro escolas para poder ter o seu mínimo existencial* (pedagogo1, entrevista 2022) reafirma. Relata, por fim, que *trabalhar no serviço público como pedagogo, além de ser uma realização profissional, pode ser também uma realização financeira que você tem uma certa tranquilidade. Não preciso fazer outras coisas, nem ir para outras áreas* (pedagogo1, entrevista 2022).

Na sequência, trataremos da entrevista com o pedagogo2, cargo analista em gestão educacional. Relata que trabalha em jornada de 35 horas semanais. Atua na gestão educacional, não atuando, portanto, em sala de aula diretamente, e sim na etapa anterior ao ingresso do professor em sala de aula, que *muitas vezes é um professor bacharel, um professor que não tem formação pedagógica para estar em sala de aula* (pedagogo2, entrevista 2022), acrescenta. Seu trabalho é basicamente o de promover elementos na formação, no ato de aprendizagem, entre

professor e aluno, para que o ensino seja mais claro, mais transparente, mais didático. Atua mais na área de administração que na área da educação. Estudou duas Fundações de ensino superior no Brasil: uma alemã (humboldtiana) que possui uma formação mais elaborada, formação que visa a questão da ética, da formação do indivíduo: *A UnB, por exemplo, tentou se fundar com esse espírito* (pedagogo2, entrevista 2022), exemplifica. A outra é a formação napoleônica, que é a francesa. Esta se dedica mais às escolas profissionalizantes *posso colocar que a escola de governo geralmente bebe dessa fonte* explica. Acrescenta que *a Enap, que é a primeira escola do Brasil, tem essas referências das escolas francesas* (pedagogo2, entrevista 2022).

Aponta que as escolas de governo seriam todas escolas profissionalizantes, pois têm mais um viés das escolas francesas, da instrumentalização do indivíduo para ele exercer o seu trabalho, conforme relata nesse trecho da entrevista: *a gente ensina instrumentos de trabalho, ensina-se técnicas de trabalho para ele atuar. Eu acho que falta aí uma formação mais de ética, mais de moral, uma política institucional* (pedagogo2, entrevista 2022). Nesse ponto, o currículo é muito voltado para a questão da instrumentalização do indivíduo, o que é importante para o trabalho. E tem outras dificuldades que são a questão da cultura organizacional. São essas as principais dificuldades apontadas. Como vantagens na função, cita a relação entre professor e aluno, seu trabalho na escola superior do MPU. Considera que é mais vantajoso que trabalhar em uma área de recurso humanos. Reforça que, por estar numa escola de governo, escola profissionalizante, a formação em pedagogia lhe favoreceu e deu-lhe elementos para a relação entre educador e educando. Trabalha no núcleo de pós-graduação, sendo o representante desse núcleo. Seu trabalho é basicamente estar em contato com outras pessoas, planejando os cursos, que é o orientador pedagógico. *Eu dialogo com ele (o professor) para desenhar o curso como um todo e ele desenha as disciplinas, as atividades, então tem essa etapa, macro, vamos dizer assim, e a etapa posterior, que é o diálogo com os próprios professores*, descreve o entrevistado. A partir dessas etapas, inicia a montagem do desenho instrucional das disciplinas, indicando *que objetos vão utilizar para as disciplinas, o que é mais favorável, o que não é favorável, o que pode ser mais adequado para o perfil dos alunos* (pedagogo2, entrevista 2022), explica o pedagogo. Em suma, sua rotina é basicamente desenhar o curso desde a concepção inicial do curso como um todo, até o detalhamento das disciplinas, junto com os professores.

Afirma que está satisfeito no trabalho. Aponta que um profissional de sucesso tem que ter um seu lado crítico e enxergar o currículo oculto *ele tem que ir além do que aquela formação vai trazer para os educandos, na sua postura como agente público na sua formação*

(pedagogo2, entrevista 2022), enfatiza. Acrescenta que um profissional de sucesso não tem que se reduzir a um olhar técnico, *ele tem que usar a técnica, claro a técnica é importante, mas ele tem que trazer um lado crítico por de trás da técnica também, para que ele tenha uma riqueza maior ali na sua atuação* (pedagogo2, entrevista 2022). Quanto à valorização, às vezes os pedagogos não são valorizados por acharem (os instrutores contratados e internos) que a formação, a construção, de uma metodologia de ensino ativa, sejam coisas não tão significantes, ainda mais para quem é um bacharel que já é muito conceituado: *às vezes ele vem com um comportamento de que isso não é necessário, já tem a sua atuação em sala de aula por 10,15 anos... E ele não pensa em se reciclar e se atualizar com novas metodologias* (pedagogo2, entrevista 2022), acrescenta.

Em seguida, temos a entrevista com o pedagogo3. Seu cargo é de pedagoga e a jornada de trabalho, 40 horas semanais. Escolheu a pedagogia por gostar de interagir com pessoas e compartilhar conhecimento. Ingressou no cargo por meio de concurso público. Os elementos do trabalho desenvolvido na Instituição são relacionados à formação docente, desde didática ao planejamento e execução de um evento de capacitação. Sua experiência anterior em pedagogia, que contribuiu para seu trabalho, aconteceram em escolas de governo e escolas particulares. Relata que não há dificuldade no desenvolvimento do trabalho. Cita como vantagens da formação em pedagogia para o desempenho das suas atividades a compreensão do processo ensino-aprendizagem e as suas variadas interfaces.

Quanto à rotina do seu trabalho, relata que *desenvolvo atividades relacionadas ao planejamento, execução e avaliação dos eventos de capacitação* (pedagogo3, entrevista 2022). Considera-se satisfeita com seu trabalho, pois contribuiu para a formação e atualização dos profissionais do órgão. Descreve o profissional de sucesso na sua área como um profissional *em constante atualização, de modo a municiar o meu órgão com o que há de melhor sendo utilizado na atualidade*, relata a pedagoga. Sente-se valorizada no exercício da sua profissão, pois realiza um trabalho de formação e atualização constante dos profissionais do órgão.

De acordo com as descrições das atividades a partir dos relatos dos entrevistados, passemos à análise do trabalho pedagógico nesses espaços para identificar pontos em comum ou de divergência em suas atividades. Como ponto principal, encontramos a atividade de planejamento presente nos três cargos, o que demonstra ser de grande relevância para os pedagogos atuantes em espaço não escolar. O tema orientação educacional é apresentado também como consultoria educacional (CLDF) e gestão educacional (MPU), mas se referem à mesma atividade. Outro conhecimento comum aos três cargos abrange a Legislação Pública, de

modo geral e específico de cada órgão. Destacamos também a avaliação, que aparece em dois dos cargos: na CLDF e na ABIN. A atividade administração é comum a dois dos cargos (CLDF e MPU).

Portanto, o trabalho realizado pelos pedagogos entrevistados que desempenham suas funções nesses órgãos públicos tem como principal atividade o trabalho pedagógico, conforme relata um dos entrevistados, quando afirma que *uma das funções do pedagogo nessa instituição é justamente dar essa consultoria educacional, que é saber se determinada solução educativa é mais aderente ao que a unidade precisa* (pedagogo1, entrevista 2022). Outro pedagogo reforça essa percepção ao relatar que *meu trabalho é basicamente o de promover elementos na formação, no ato de aprendizagem, entre professor e aluno, para que o ensino seja mais claro, mais transparente, mais didático* (pedagogo2, entrevista 2022).

Quanto à rotina de trabalho, um dos entrevistados esclarece que *tem como função básica atividades de consultoria, ou seja, não são voltados para a questão da execução* (pedagogo1, entrevista 2022). No que diz respeito à carga horária, possuem jornadas de trabalho distintas de 30h, 35h e 40 horas semanais, de acordo com o órgão em que trabalham. De maneira geral, todos estão satisfeitos com seus trabalhos e com suas atividades, apesar de relatarem que há pouco reconhecimento de suas profissões.

Outro fator que se destaca nas entrevistas, e que é unânime, é quanto à satisfação com a remuneração dos cargos, conforme relata esse pedagogo: *trabalhar no serviço público como pedagogo, além de ser uma realização profissional, pode ser também uma realização financeira que você tem uma certa tranquilidade. Não preciso fazer outras coisas, nem ir para outras áreas* (pedagogo1, entrevista 2022).

O trabalho pedagógico implica em atividades intencionalmente planejadas e tendo em vista o alcance de objetivos relativos à produção de conhecimentos, elemento apontado pelos sujeitos das entrevistas, aproximando-o de práxis pedagógica e tendo a escola como contexto e texto da identidade deste trabalho (Anfope, 1998).

Apresenta-se o trabalho pedagógico como categoria que sintetiza aspectos da atividade do pedagogo não escolar que têm por base os seguintes pressupostos: a) é trabalho caracterizado como atividade intencional e criativa humana; b) envolve o trabalho de profissionais da educação (nesse caso o pedagogo), por conseguinte sua produção é relativa sempre a um determinado grupo de sujeitos; c) é pedagógico, portanto especificamente orientado a um processo de produção de conhecimentos e elementos formativos; d) é intencional, tem objetivos definidos em sua sociabilidade, então, é político; e) referencia-se a um modelo na forma de

planejamento, execução e avaliação; f) a escola e a vivência profissional neste espaço configuram-se como elemento fundante do ser pedagógico. Em processo metodológico de elaboração de categorias, desconstrução e reconstrução de sentidos, consideramos esses pressupostos, que configuraram-se para descrever trabalho pedagógico no espaço não escolar o que não restringe a identidade docente.

SEÇÃO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

O interesse pela temática dessa pesquisa surgiu a partir da minha experiência de trabalho com educação não escolar em instituição pública, espaço este que, de acordo com os resultados ora obtidos, requer mais estudos sobre a atuação do pedagogo, conforme dados encontrados nessa pesquisa. O objetivo geral desse estudo foi compreender a atuação dos pedagogos que atuam em espaço não escolar, com ênfase em como se dá o trabalho pedagógico nesses espaços.

Pesquisamos, como objetivos específicos, o estado do conhecimento, mapeando os trabalhos produzidos sobre a pedagogia não escolar no período de 2010 a 2020, conceituamos espaços não escolares e identificamos a atuação do pedagogo nesses espaços. Também identificamos em editais de concursos públicos para pedagogo quais as atividades e os conhecimentos exigidos, os conhecimentos necessários e descrevemos as atividades por eles desempenhadas, além de mapearmos as instituições públicas que selecionam pedagogos para atuação e em quais delas atuam pedagogos. Em seguida, analisamos a atuação do pedagogo em espaços não escolares observando seu trabalho pedagógico em instituições públicas no Distrito Federal. Para tanto, partimos da pergunta de pesquisa: quais são as características e demandas do trabalho do pedagogo em espaço não escolar? Nesse estudo, utilizamos como metodologia a pesquisa documental e entrevistas com pedagogos que atuam em espaços não escolares, em órgãos públicos localizados no Distrito Federal.

Para analisarmos os dados obtidos, após a pesquisa nos sites oficiais das instituições, nos concursos, além das entrevistas com pedagogos, realizamos a leitura dos dados encontrados, das respostas dadas nas entrevistas e, por fim, realizamos a análise da atuação do pedagogo nos espaços pesquisados a partir das respostas dadas pelos pedagogos nas entrevistas.

Assim, a partir dessa análise dos dados pesquisados nesse trabalho, foi-nos possível sistematizar outros espaços de atuação do pedagogo, que vão além dos espaços em sala de aula, ou seja, da educação escolar.

Vimos que o pedagogo tem seu campo de atuação ampliado para outras instituições que não são necessariamente voltadas para a educação escolar, pois as alterações realizadas no currículo do curso de Pedagogia habilitaram o pedagogo para exercer suas atividades nesses diferentes espaços, espaços estes definidos pela literatura especializada como espaços de educação não escolar, em que o pedagogo desenvolve suas atividades por meio dos

conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica, além de outros exigidos de acordo com a instituição em que irá atuar, conforme dados apresentados nas respostas às entrevistas.

Destarte, podemos concluir que o trabalho pedagógico é constituído como centralidade da formação e principal atividade desempenhada pelo pedagogo nessas instituições públicas. Também identificamos que a escola é tida como referência do processo educativo por ser a forma desenvolvida para o trabalho educativo. A dimensão pedagógica efetiva-se com a centralidade no trabalho dos pedagogos no espaço não escolar, mas não com a exclusividade de seu trabalho.

Essa dimensão caracteriza o trabalho de múltiplos profissionais da educação, no mesmo sentido, evidenciando sujeito em condições de realizar relações pedagógicas tanto na escola quanto para além dela. Então, há de se identificar o trabalho pedagógico como núcleo de identidade do pedagogo.

Portanto, a partir dos dados apresentados em nossa pesquisa, identificamos também que esse campo de atuação do pedagogo é crescente, porém ainda há poucos estudos sobre a ENE. Isso nos revela a necessidade de novas pesquisas e estudos científicos que se aproximem do trabalho pedagógico de forma mais específica e aprofundada nos diferentes espaços que identificamos nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

Agência Brasileira de Inteligência. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/> Acessado em 20 de maio de 2021.

Anfope - IX Encontro Nacional, 1998. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/9%C2%BA-Encontro-Documento-Final-1998.pdf>? Acessado em 24 de janeiro de 2023.

Anfope e a defesa da Pedagogia: suas teses e princípios. Live "Anfope e a defesa da Pedagogia: suas teses e princípios" com a participação das professoras doutoras Kátia Curado (UnB - Anfope/DF), Helena Freitas (Unicamp - Anfope/SP) e Silvana Bretas (UFS - Anfope/SE).

Calegari-Falco, A. M., & Alves da Silva Moreira, J. (2017). **A gestão do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares: um debate acerca da formação do pedagogo no Brasil.** *Boletim Técnico Do Senac*, 43(1).

<https://doi.org/10.26849/bts.v43i1.417>

CERONI, Mary Rosane. **O perfil do pedagogo para atuação em espaços não escolares.** In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000009200600100040&lng=en&nrm=abn>. Access on: 22 Jan. 2023. científica. <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/16716>

Companhia metropolitana do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.metro.df.gov.br> Acessado em 20 de março de 2022.

Concurso SEDESTMIDH. Disponível em: <https://www.diariooficialdf.com.br/concurso-sedestmidh-2018/> . Acessado em 20 de março de 2022.

Concurso SEDESTMIDH. Edital 2018. Disponível em: <https://www.diariooficialdf.com.br/wp-content/uploads/2018/11/concurso-sesdest-df-> Acessado em 20 de março de 2022.

Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acessado em 20 de março de 2022.

Constituição Federal 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 20 de março de 2022.

CORDEIRO, Karina de Oliveira Santos. Educação, saberes e práticas em espaços escolares e não escolares. <http://www.xixendipe.ufba.br/>

COSTA, Sergio Luiz Freire. **O pedagogo em ambientes organizacionais: um novo prisma de atuação.** <https://docplayer.com.br/13617943-Sergio-luiz-freire-costa-o-pedagogo-em-ambientes-organizacionais-um-novo-prisma-de-atuacao-mossoro-rn-2014.html>

DATNER, Yvette. **Jogos para educação empresarial: jogos, jogos dramáticos, roleplaying, jogos de empresa.** São Paulo: Ágora, 2006.

Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.detran.df.gov.br/> 20 de março de 2022.

Diniz, Patrícia da Silva e Dias, Ticiania Bomfim Menezes. **Pedagogos em espaços não escolares.** https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Pedagogos_em_espacos_nao_escolares.pdf

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Disponível em: <http://www.correios.com.br/>. Acessado em 20 de março de 2022.

Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária. Disponível em: <http://www4.infraero.gov.br/> Acessado em 20 de março de 2022.

Escola de Formação complementar do Exército. Disponível em: <http://www.esfcex.eb.mil.br/> Acessado em 20 de março de 2022.

Ferreira, Mônica de Souza Corrêa1, Rachel de Souza. **Atuação do pedagogo em espaços não escolares.** <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/jopic/article/view/924>

Filho, Jairo Barduni; Figueiredo, Ana Clara Siqueira. **A atuação do (a) pedagogo (a) em espaços não escolares: a pedagogia empresarial enquanto um novo campo de atuação.** <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2727>

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como Ciência da Educação.** Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Para um currículo de formação de pedagogos: indicativos.** In: Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). 3 ed. São Paulo; Cortez, 2011. pp. 101- 129.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 3 ed. São Paulo. Ed. Paz e terra. 2002

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores.** <https://www.scielo.br/j/es/a/Vrs3nk4WwjN7rWqqfmq4FpG/?format=pdf&lang=pt>

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/hbD5jkw8vp7MxKvfvLHsW9D/?format=pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2022

GOHN, Maria da Glória – **Educação não formal e o educador Social: atuação /no desenvolvimento de projetos sociais** – São Paulo: Cortez, 2010.

Gonçalves, J. P., & Correa, A. M. (2016). **O pedagogo em âmbitos não escolares: perspectivas, entraves e possibilidade de atuação em empresas.** *Revista De Educação PUC-Campinas*, 21(2), 193–209. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v21n2a2821>

INKSON, K., & Savickas, M. L. (2012). **Introduction: fundamentals of career studies.** In K. Inkson & M. L. Savickas (Eds.), *Career studies* (pp. xxv-xxxiii). London: Sage

LAPADULA, María Florentina. **Educação não formal: um olhar sobre a formação e atuação de pedagogos(as) na Região dos Inconfidentes.**

<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/7327>

Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. 20 de março de 2022.

LIBÂNEO, José Carlos – **Pedagogia e pedagogos, para quê?** – 12.^a ed. – São Paulo: Cortez, 2010 – 12.^a edição – reimpressão.

LIBÂNEO, José Carlos – **Pedagogia e pedagogos, para quê?** – 8.^a ed. – São Paulo: Cortez, 2005 – 8.^a edição – reimpressão.

Lucindo, Nilzilene Imaculada; Nunes, Célia Maria Fernandes e Araújo, Regina Magna Bonifácio de. **O profissional de Pedagogia em espaços não escolares: uma análise preliminar da produção**

MACHADO, Érico Ribas; Orzechowsk, Suzete Terezinha e Severo, José Leonardo Rolim de Lima. **Perspectivas pedagógicas da atualidade: conexões entre pedagogia, pedagogia social e educação não escolar.** <http://www.xixendipe.ufba.br/>

MARTINS, L. M. **Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências.** In: DUARTE, N. (org.) *Crítica ao fetichismo da individualidade*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

MASETTO, M.T. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003.

Meireles, Tatiane de Fátima Wanzeler

O desafio do pedagogo nos espaços de educação não formal. Tatiane de Fátima Wanzeler Meireles. 2011.

130

<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/974/1/TATIANE%20DE%20FATIMA%20WANZELER%20MEIRELES.pdf>

MELO, Ana Lúcia Braga. **As práticas Educativas Desenvolvidas por Pedagogos em Espaços não escolares e os Saberes Profissionais Mobilizados**. Disponível em: <<http://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/AS-PR%C3%81TICAS-EDUCATIVAS-DESENVOLVIDAS-POR-PEDAGOGOS.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.mpu.mp.br/> Acessado em 20 de março de 2022.

Modesto, F. S., & Pereira, S. dos R. B. . (2021). **A atuação do pedagogo em espaços não escolares: gestão possibilidades e desafios**. doi.org/10.29327/217514.7.1-27. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(1), 18. Recuperado de <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/457>

Morellato, J. L. H., Silva, M. P. A. C. da, Oliveira Cunha, T. C., & Puglia, V. M. S. (2020). **A atuação do pedagogo nos espaços não escolares no município de Campos dos Goytacazes, RJ**. *Humanas Sociais & Aplicadas*, 10(27), 63-83. <https://doi.org/10.25242/8876102720201763>

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo: a multiplicação do talento humano**. 4º ed., Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1998.

ORZECZOWKI, Suzete **Não escolares: desafios e** Terezinha; Zbuinovicz, Kauana de Fátima e Gabriel, Letícia Laleska. **Saberes docentes e práticas frente as abordagens socioeducativas e socioculturais para formação do pedagogo em contextos além do escolar formal**. <http://www.xixendipe.ufba.br/> PACHECO, Marcelo Wilson Ferreira. **Educação sem fronteiras: espaço virtual de discussão sobre a atuação do pedagogo na educação não-formal**. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12160>

Parecer CNE/CP nº 3/1006. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acessado 20 de março de 2022.

PEDROZA, Samia. **A atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino**. <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/1106/548>

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2001.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa Exploratória: Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>>. Acesso em: 20 de março de 2022.

Possibilidades.file:///D:/Users/Vaio/Downloads/48-Texto%20do%20artigo-268-1-10-20180404-1.pdf

PUCHALE, Sibeles Mocellin. **A presença da pedagogia e do pedagogo na empresa.**

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/144077>

Resolução CNE/CP 1/2006. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.** Diário Oficial da União, Brasília, 16/05/2006, Seção 1, p.11. Disponível em: www.mec.org.br. Acesso: 20 de março de 2022.

Resolução CNE/CP nº 2 de 1 de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acessado em 20 de março de 2022.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral – **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa** – Rio de Janeiro: Wak, 2003.

RIOS, T.A. **Compreender para Ensinar.** São Paulo: Cortez, 2002.

Rolim de Lima Severo, J. L. (2017). **Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica.** *Perspectiva*, 35(3), 978–995. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n3p978>

Santos, Luzineide Carvalho dos; Xavier, Julliana Gomes. **O pedagogo nos espaços**

SANTOS, Simone Silveira dos. **O pedagogo e os espaços educativos não formais:**

conhecendo as organizações não governamentais (ONG) de Paranaíba.

<https://biblioteca.uems.br/publicos/download/96535>

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** 3.^a edição – Campinas, SP. Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Desafios atuais da pedagogia histórico-crítica.** In: SILVA JÚNIOR. SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 18. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009. (Educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008. (Educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval.; DUARTE, Newton (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas: Autores Associados, 2012. (Polêmicas do nosso tempo).

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; Flávia Santos, Melina Azevedo Vaz e Queiroga, Negla Santos. **Práticas pedagógicas em espaços não escolares: desafios didáticos.**

<http://www.xixendipe.ufba.br/>

SOUZA, Mariana Aparecida Serêjo de. **Formação do/a pedagogo/a no Distrito Federal: o lugar da educação não escolar nos currículos de pedagogia.**

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/34927>

SZYMANSKI, Heloísa (organizadora); ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva.** Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Disponível em:
<http://www.tjdft.jus.br/> Acessado em 20 de março de 2022.

ANEXO 1: ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Módulo 1 – Perfil

1. Idade:
2. Sexo:
3. Quantos anos de atuação no cargo que ocupa?
4. Concursado? Sim () Não ()
5. Conte sua trajetória profissional.

Módulo 2 – Eixo de formação

1. Ano de conclusão do curso de Pedagogia:
2. Cursou a graduação em qual Universidade?
3. Por que escolheu Pedagogia?
4. Formação em outra área?
Não () Sim () Se sim, qual: _____
5. Cursou alguma pós-graduação: especialização, mestrado ou doutorado?
Não () Sim () Cursando () Se sim, qual: _____
6. Faz algum tipo de formação continuada? Cite.
7. Quais fatores positivos e negativos que marcaram sua formação?

Módulo 3 – O trabalho – a atuação

1. Qual cargo ocupa?
2. Quantidade de horas de trabalho?
3. Por que escolheu esta área para trabalhar?
4. Essa função é exclusiva do profissional de Pedagogia?
5. Como foi o processo seletivo para a sua admissão na instituição? E no seu cargo?
6. Quais elementos do trabalho desenvolvido na Instituição tem relação com o trabalho pedagógico?
7. Teve experiência anterior? Onde? Quanto tempo? Você entende que contribuiu para o seu trabalho?
8. Qual dificuldade encontra no desenvolvimento do trabalho?
9. Quais vantagens que a formação em Pedagogia proporcionou para atuação nesse campo?
10. Caso tenha outro curso, como ele auxilia em seu trabalho?
11. Qual é a rotina do seu trabalho?
12. Está satisfeito com seu trabalho? Por quê?

13. Como você descreveria um profissional de sucesso na sua área?
14. Você se sente valorizado no exercício da sua profissão?